



632

25 de Abril

SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO



ARTISTAS PORTUGUESES EMIGRANTES

em me expa
ndi-me de um feitio
ninguém gostou, de ouvi
bois me pus a pensar
meu fraco, tristemente,
dei por mim a cantar
antigas p'ra mim some
s que bela ca
do me calh
erguntar
m ca
to em quad
sinha falava ao
diouvintes gostare
as ao Microfone', fe
pentistas quando canta
e escritas durante as
lo típico deste estilo de
poema "Natal em Port
e Amor e de Paz
ia de Natal,
ue saudades eu tenho
e dia em Portugal.
atal na Califórnia
outro feitio e arte,
s, também, é de Jesus,
us está em toda a parte
s lá temos o presépio,
ui, árvore de Natal.
n! que saudades eu ten
este dia em Portugal.



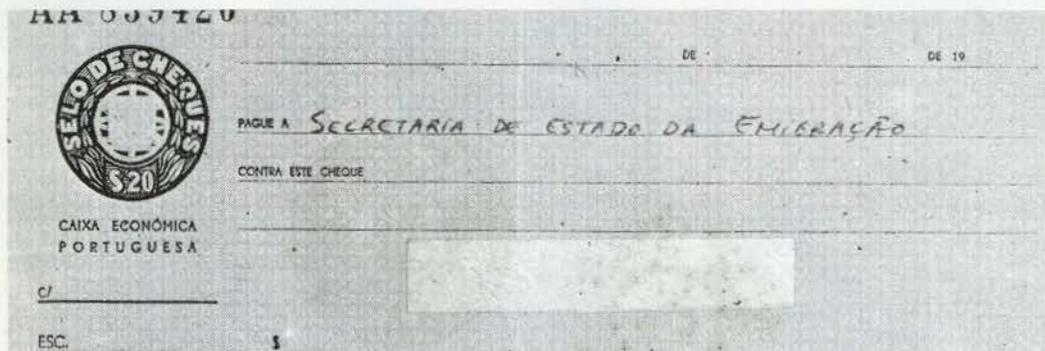
stão quatro naque
stão quatro
alando dos outros e
Terceira, São Migue
Estão quatro naque
e cada vez mais di
Os quatro naquela
divididos
e as cartas sobre
também divididas.
na Dividem as cartas
e viram trunfo...
out É negro o trunfo
para apunhalar
o M matar
derrotar.
o na
maí Apunham-se
com as suas e
naqu... e perdem
s sob
ividid: Dividem nova
e viram o tru
as cart e perdem.
trunfo..
o trunf O jogo é o
unhalar entre tantos
Dividem ma
e tornam a
alam-se e e perdem
s suas es
erdem Os

TEMA DE POUPANÇA-CRÉDITO

AOS ASSINANTES

A fim de facilitar a cobrança das quantias enviadas para assinatura da Revista «25 de Abril», agradecemos aos nossos leitores o favor de observarem o seguinte:

Toda a correspondência deve ser enviada para **Praça do Areeiro, 11, 2.º, esq. — Lisboa**. Contudo, os documentos para pagamento (Cheques, vales de correio, ordens de pagamento, etc.) devem ser dirigidos simplesmente a **Secretaria de Estado da Emigração**, conforme o exemplo abaixo indicado. Mais agradecemos que qualquer documento (incluindo o próprio remetente) seja escrito de forma bem legível, de preferência em maiúsculas.



MUITO IMPORTANTE

- Todos os documentos (cheques, ordens de pagamento, vales do correio, etc.) para pagamento da assinatura da Revista, devem ser dirigidos a **Secretaria de Estado da Emigração**.
- Tratando-se de renovação da assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante e qual o primeiro número que recebeu.
- Caso, mude de residência, comunique-nos o mais rapidamente possível.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

12 NÚMEROS (VIA AÉREA)

PAÍSES		Importância aproximada em moeda estrangeira
França	250\$00	35 FF
Bélgica	250\$00	250 FB
Alemanha	250\$00	15 DM
Inglaterra	250\$00	4 £
Espanha	200\$00	400 P
Brasil	200\$00	—
Canadá	340\$00	10 D
E. U. A.	340\$00	10 D
Outros países da Europa	250\$00	—
Outros países fora da Europa	340\$00	—
Continente e Ilhas Adjacentes	200\$00	—

**ESTA REVISTA É PARA OS EMIGRANTES.
DIVULGUE-A ENTRE OS SEUS AMIGOS
E CAMARADAS DE TRABALHO.
RECOMENDE A SUA ASSINATURA.**

N.º 20 — AGOSTO 1977 — PREÇO 15\$00

REVISTA MENSAL

PROPRIEDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

EDIÇÃO E DIRECÇÃO: SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E APOIO CULTURAL

SEDE: PRAÇA DO AREEIRO, 11, 2.º, ESQ. — TEL. 88 60 95

COMPOSTO E IMPRESSO
POR MIRANDELA & C.ª
TRAV. CONDESSA DO RIO, 7-9 — LISBOA

25
de Abril

2 O PAIS HOJE

13 PORTUGAL E O MUNDO

16 TOME NOTA...

- Sistema de Poupança-Crédito para compra de habitação ou propriedades em Portugal (pág. 16)
- Empréstimos reembolsáveis a candidatos à emigração (pág. 18)
- Emissões de Rádio para portugueses no estrangeiro (pág. 19)
- Seguro de doença — deslocação temporária (pág. 20)
- Regime de equivalências para o ensino (pág. 22)

24 A EMIGRAÇÃO E SEUS PROBLEMAS NO DISTRITO DA GUARDA

30 PROBLEMAS ENERGÉTICOS EM PORTUGAL

32 O EMIGRANTE PORTUGUÊS NO MUNDO

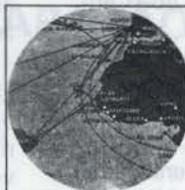
40 OS LEITORES EMIGRANTES ESCRIVEM



Pág. 2

NOVA LEI DA
REFORMA AGRÁRIA

Pág. 13



PORTUGAL
E
O MUNDO



Pág. 32



NOVA LEI DA REFORMA AGRÁRIA

APROVADA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Pondo termo a quatro dias de exaustivos debates parlamentares, que mobilizaram a atenção do País, a Assembleia da República aprovou a proposta de lei governamental de Bases Gerais da Reforma Agrária.

Votaram a favor 166 deputados (Partido Socialista e Partido Social-Democrata) e contra 86 (Centro Democrático Social, Partido Comunista, três deputados socialistas, entre os quais Lopes Cardoso, e o representante da União Democrática Popular).

Após a votação, na generalidade, pelo plenário da Assembleia da República, todos os partidos esclareceram o sentido do seu voto, em declarações de vincado teor político. Em síntese, pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, o deputado Jaime Gama realçou a concordância da lei com a Constituição. O PSD, que votou a favor do diploma, referiu, pela voz de Sousa Franco, que se não trata de um texto acabado, embora fosse informado de uma nova filosofia para a agricultura portuguesa. Por seu turno, o CDS afirmou que o Governo não aceitou as alterações essenciais propostas, e o PCP considerou que esta lei viola os interesses dos trabalhadores e a própria Constituição. Acácio Barreiros, da UDP, afirmou, por fim, que a lei põe em causa «todas as conquistas dos trabalhadores».

Na sua última intervenção, antes da votação final, o titular da pasta da Agricultura e Pescas, António Barreto, sublinhou que ela visa

a «justiça e segurança para os homens da terra».

O ministro da Agricultura e Pescas, numa curta e serena intervenção, realçou o «carácter incompleto» da proposta, lembrando que não pode contentar a todos, mas que ela irá permitir imediatamente sair de uma série de situações ambíguas, enquanto outras irão sendo resolvidas com mais tempo.

António Barreto, referindo-se às conversações que o Governo travou com os partidos com assento na Assembleia, sublinhou que estivera atento a todas as sugestões, e apontou algumas situações ou casos que serão acautelados ou providenciados pelo Governo, entre os quais os seguintes:

- criação de um órgão de apreciação dos casos alvo do poder discricionário do ministro;
- garantia de crédito às propriedades expropriadas, às reservas em más condições, e às pequenas explorações agrícolas;
- segurança das viúvas e menores dependentes da terra;
- garantia às cooperativas e a unidades colectivas de produção de que não serão demasiado afectadas pela marcação de reservas;
- garantia aos trabalhadores do resultado dos investimentos em cooperativas;
- obrigar os reservatários a cultivarem as terras no primeiro ano da concessão da reserva.

Ao referir-se, indirectamente, ao



António Barreto, Ministro da Agricultura e Pescas.

entendimento político com o PSD que levou à aprovação da proposta de lei juntamente com o Partido Socialista, Barreto afirmou: «Procurámos o entendimento porque acima de tudo somos fiéis a Portugal».

António Barreto disse que a proposta se inseria perfeitamente dentro das normas constitucionais e que ela permitirá desenvolver a agricultura por um socialismo democrático.

Aludindo à situação desfavorável em que têm vivido os agricultores do Norte e Centro, António Barreto lembrou, por outro lado, que seria ainda através do comércio agrícola e alimentar, que tem de ser revisto, que os agricultores e os trabalhadores da terra poderão assegurar-se de que os seus rendimentos não se diluirão.

O ministro da Agricultura e Pescas frisou, por outro lado, que

houvera a preocupação de não deixar a porta aberta nem aos latifundiários capitalistas nem aos latifundiários totalitaristas de qualquer sinal, reafirmando que a proposta «é socialista e democrática».

Concluindo a sua intervenção parlamentar, aquele membro do Governo salientou que o novo diploma, que iria merecer seguidamente o apoio da maioria dos deputados à Assembleia da República, «favorece e recompensa quem trabalha a terra».

Aprovada na generalidade a Lei de Bases da Reforma Agrária, que veio substituir a anterior legislação, resultante de um acordo PS-PPD/PSD-PCP ao tempo do início do VI Governo Provisório, desceu à comissão parlamentar de Agricultura e Pescas, para a votação na especialidade.



«O novo diploma favorece e recompensa quem trabalha a terra».

REDE NACIONAL DE FRIO EM PREPARAÇÃO

A apresentação de projectos relativos à instalação da rede nacional do frio, que deverá ser uma realidade no decurso da vigência do Plano a Médio Prazo (1977-1980), foi o objectivo do Encontro Nacional de Técnicos do Sector do Frio, que se realizou nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Numa breve intervenção lida na sessão inaugural, o Ministro do Comércio e Turismo, Mota Pinto, salientou a necessidade de acelerar a concretização dos projectos e referiu-se às atribuições do novo Instituto Nacional do Frio.

Construir, ao nível nacional, um conjunto coerente e articulado de instalações de pré-refrigeração, recolha, tratamento, armazenagem, distribuição e consumo dos produtos perecíveis (essencialmente alimentares) é, em síntese, a finalidade dos projectos integrados na rede do frio.

O investimento global mobilizado para a iniciativa poderá atingir 10 milhões de contos. As fontes de financiamento a utilizar não estão ainda definidas, embora se possa prever um recurso, pelo

menos parcial, ao crédito externo, uma vez que diversos países poderão mostrar-se interessados na exportação da sua tecnologia. Pensa-se, no entanto, que a participação da indústria portuguesa no fornecimento de equipamentos poderá ultrapassar os 50 por cento.

Em fase adiantada de preparação, encontra-se já o Plano do Algarve que deverá arrancar brevemente com a construção de um complexo frigorífico em Faro, que inclui um entreposto polivalente, um mercado abastecedor e duas centrais, uma para lacticínios e outra para produtos horto-frutícolas. Complementarmente, serão montadas infra-estruturas de apoio directo à pesca, à produção leiteira e ao abastecimento e distribuição comercial.

O «esboço geral», inclui programas destinados à hortofruticultura, pecuária, e pesca, com um esquema de intervenção integrado, desde a recolha ao transporte sob temperatura dirigida.

Concretizando alguns destes aspectos, foram anunciados projectos de construção de estações frutícolas em Barcelos, Póvoa do

Varzim, Loures, Moita, Montijo, Castanheira do Ribatejo, Lourinhã, Peniche, Cele, Ovar e Cantanhede. As centrais fruteiras serão por seu turno montadas nas zonas do Porto (Paredes-Lousada), Viseu (Lamego), Guarda (eixo Meda-Seia), Coimbra (Cantanhede), Leiria (Batalha), Castelo Branco (uma tentativa de descentralização da estação de Cova da Beira) e Lisboa (eixo Torres Vedras, Alenquer ou Mafra).

A proposta apresentada sugere, por outro lado, a reestruturação da rede nacional de abate de gado e a criação de módulos frigoríficos (pequenas unidades de refrigerados) em todo o território.

Em Braga e no Porto (zona I), em Aveiro, Viseu e Coimbra (zona II) e em Leiria e Santarém (zona III), está prevista a instalação de centros de classificação e armazenagem de ovos. Ao nível dos empreendimentos concretos, o «documento guia» defende ainda o funcionamento de centrais leiteiras nas zonas de recolha não organizada e a construção de fábricas de gelo e entrepostos frigoríficos nos principais portos.

RAMALHO EANES

VISITOU

O NORDESTE TRANSMONTANO

Quinze anos depois de ter estado colocado no Regimento de Chaves, Ramalho Eanes voltou a Trás-os-Montes, em serviço oficial. Desta feita, como Presidente da República, o general Ramalho Eanes teve oportunidade de contactar com as populações do nordeste e de auscultar os seus problemas.

«Não iremos muito depressa, mas iremos seriamente» — afirmaria Ramalho Eanes, após a sua passagem por Vila Real e Chaves, no primeiro dia da visita.

Depois de frisar que não se deslocou a Trás-os-Montes para prometer nada, o general Ramalho Eanes declarou que tentará fazer «com que os órgãos do poder localizados em Lisboa esqueçam um pouco Lisboa e se lembrem um pouco mais daquilo que é a periferia».

O exaustivo programa, de cinco dias de duração, levou o Presidente Ramalho Eanes às principais localidades transmontanas. Vila Real, Chaves e Bragança, Moncorvo e o Vale do Douro, constituíram os eixos preferenciais da viagem, que se iniciou com uma visita à cidade de Vila Real. Aqui, o Presidente da República visitou o Instituto Politécnico e a empresa Sogrape, seguindo depois para Chaves, onde observou as obras do hospital e o local onde deverá ser implantado, em futuro próximo, um parque industrial.

No segundo dia da visita, Ramalho Eanes deslocou-se a Mon-



Contacto com a população rural em Chaves.

talegre e a Bragança, visitando, na capital do distrito, o Museu do Abade de Baçal, após o que esteve na barragem de Miranda do Douro.

Na quarta-feira, o programa da visita incluiu uma deslocação às obras da barragem do Pocinho e às minas de Moncorvo. Em Alfândega da Fé, Ramalho Eanes visitou a cooperativa agrícola. Seguiu-se Sambade e Alto de Bornes, a barragem de Burga e o empreendimento do Cachão e, ainda, Macedo de Cavaleiros.

No dia seguinte, o Presidente da República apreciou o empreendimento urbanístico de Mirandela e visitou São João da Pesqueira,

antes de partir para a Régua, onde visitou a Casa do Douro e as instalações da empresa «Milnorte».

No último dia da deslocação, o Presidente Eanes visitou Lamego (Beira Alta), Amarante, onde esteve na fábrica de aglomerados de madeira «Tabopan» e almoçou com os respectivos trabalhadores e empresários.

A digressão do Presidente da República terminou no Porto. Aí, deslocou-se ao Quartel-General da Região Militar Norte, onde efectuou uma reunião informal, seguida de jantar, com oficiais dos três ramos das Forças Armadas.

O helicóptero foi predominantemente utilizado pelo Presidente

Eanes, que, como é habitual nestas visitas de trabalho, dispensou as recepções ou quaisquer outras manifestações protocolares.

A comitiva do Presidente da República foi constituída pelas seguintes entidades: conselheiro da Revolução capitão Marques Júnior; ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás; secretário de Estado do Ensino Superior, Cruz e Silva; Raul Rego, convidado pelo Presidente; o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Henrique Granadeiro; os assessores para a Economia, Matos Torres e, para a Comunicação Social, Silva Costa; o acesor militar, tenente-coronel Espírito Santo, bem como o coronel-médico Viegas Correia, o capitão Faria de Oliveira e o capitão Sousa Pinto, ajudante de campo.

ASSINALADO EM LAMEGO O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA INVESTIDURA DE RAMALHO EANES

Em Lamego o general Ramalho Eanes completou o primeiro aniversário da sua investidura na Presidência da República, tendo sublinhado a propósito que, apesar de as esperanças do povo nordestino em dias melhores serem «perfeitamente legítimas, dado que traduzem as necessidades reais, longamente proteladas», não serão contudo satisfeitas «com a pressa desejada».

Depois de recordar a promessa que fizera há um ano, e as dificuldades a vencer, Eanes recordou à assistência que enchia o salão nobre na Câmara Municipal de Lamego que «não será ainda este ano nem possivelmente no próximo, que as povoações sem estrada a passarão a ter; e as povoações sem luz a terão; e as povoações sem água a poderão ter. O saneamento básico é efectivamente um objectivo que deve ser assumido nacionalmente. Vamos assumi-lo, mas vamos assumi-lo sem utopias, vamos assumi-lo, olhando para a nossa capacidade técnica e para



Vista aérea de Alvarjões do Tanha, em pleno nordeste transmontano.

as nossas disponibilidades materiais.

«Temos de nos entender, temos de conhecer a verdade, para que possamos, em conjunto, construir realmente um País em que as assimetrias desapareçam, e a verdade é, infelizmente, aquela que eu vos acabei de proferir.»

A concluir, Ramalho Eanes disse

que «reconhecidas estas delimitações se avivará todos os esforços, de maneira a que os serviços colectivos necessários e equipamento social indispensável cheguem ao interior, de tal maneira que, também aqui, os Portugueses possam ter uma vida tão digna, como têm aqueles que tiveram a sorte de viver onde nasceram, no litoral.»



Visita ao Museu Regional do Abade de Baçal, em Bragança.

DIA MUNDIAL DA COOPERAÇÃO COMEMORADO EM TODO O PAÍS

Por iniciativa do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP), foi comemorado o Dia Mundial da Cooperação no nosso País, com uma sessão solene que foi presidida pelo Primeiro-Ministro Mário Soares e que decorreu nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Estiveram também presentes o Ministro de Estado, prof. Henrique de Barros, o presidente do Instituto, prof. Ferreira da Costa, além de vários técnicos estrangeiros.

Outra faceta das comemorações decorreu em diversos pontos do País e terá mobilizado trabalhadores de cerca de três mil cooperativas, em iniciativas variadas: realizações culturais, debates, exposições e vendas de produtos de cooperativas, provas desportivas e sessões de convívio.

No Pavilhão dos Desportos, na capital, esteve em funcionamento uma exposição-venda de produtos dos sectores da construção civil, metalomecânica, têxteis, alimentação, mobiliário, artes gráficas e pescas, todos a nível nacional, à excepção do primeiro e último sectores, que somente se fazem representar por cooperativas de Lisboa e Setúbal, e de Peniche, respectivamente.

Sublinhe-se que o sector cooperativo tem já uma importância considerável no nosso país. Em Março deste ano, estavam registadas 1294 cooperativas na agricultura, 73 nas pescas, 7 nos mármore, 521 nas indústrias transformadoras, 184 na construção civil, 156 na habitação, 26 nos armazéns e retalhistas, 442 de consumo, 48 de hotelaria, 44 de transportes, 154 de ensino e culturais e 148 em ramos diversos,



Prof. Henrique de Barros, Ministro de Estado.

englobando 117 mil trabalhadores, com relevo para a agricultura (71 776) e indústrias transformadoras (23 103) no sector da produção.

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA FISCAL VAI CRIAR IMPOSTO ÚNICO

Deverá entrar em funcionamento em 1979 o Imposto Único, com base no relatório já concluído por uma comissão nomeada para estudar as mais modernas modalidades deste imposto em prática nos países mais evoluídos e que substituirá o actual complexo sistema de vários impostos e contribuições — foi revelado aos órgãos de comunicação social, no decurso de uma conferência de Imprensa realizada no Ministério das Finanças e a que presidiu o titular da pasta, Medina Carreira. O ministro anunciou igualmente a criação e entrada em funcionamento de delegações fiscais itinerantes, instaladas em viaturas

especialmente preparadas para o efeito e que estacionarão em vários locais da capital, em dias escalonados ao longo de um calendário que adiante se publica, com o objectivo de prestar o máximo apoio aos contribuintes, esclarecendo dúvidas quer no preenchimento de declarações de colecta quer quanto a matérias fiscais.

Relativamente aos actuais impostos, foi revelado que este ano se espera arrecadar cerca de 20 milhões de contos só de Imposto de Transacções, que é hoje a principal fonte de receita do Orçamento Geral do Estado, e salientado que, só de Janeiro a Maio

deste ano, já se cobraram mais 6,2 milhões de contos de impostos e contribuições em comparação com igual período do ano findo.

Por outro lado, o titular da pasta das Finanças, Medina Carreira, anunciou para breve a entrada em serviço de um centro de informática para apoio e melhoria dos serviços de lançamento e liquidação das contribuições e impostos, dotado de computadores e outros modernos instrumentos de trabalho, bem como de pessoal devidamente preparado, não só para esse sector específico como para alargamento e melhoria técnica dos quadros de pessoal daquele Ministério.

INDÚSTRIA TURÍSTICA EM ANO DE GRANDE EXPANSÃO

O movimento de turistas entrados em Portugal nos primeiros cinco meses deste ano registou um aumento de 51,2 por cento relativamente ao mesmo período de 1976, apurou a Anop junto da Direcção-Geral de Turismo. O total de turistas que visitaram Portugal de Janeiro a Maio do ano em curso foi de 399,7 milhares, contra 264,4 milhares do ano passado.

O primeiro mercado fornecedor de visitantes foi o espanhol, com um acréscimo de 103,9 por cento, ou seja, uma subida espectacular de 53,6 para 109,3 milhares de turistas.

Entre os dez principais países que enviaram visitantes a Portugal no período em análise verificou-se uma evolução crescente em relação a todos eles, com destaque para as subidas de 85 por cento de holandeses, de 67,1 por cento de norte-americanos e de 60,8 de canadianos. Em termos percentuais, os belgas situaram-se logo a seguir com uma subida de 53 por cento, vindo depois os suíços com 47,8 por cento, os suecos com 45,4 por cento, os alemães ocidentais com 40,6 por cento, os ingleses com 38,2 por cento, e os franceses com 30,6 por cento.

No entanto, em termos absolutos, a situação dos dez principais países fornecedores de turistas a Portugal nos primeiros cinco meses de 1977 é a seguinte: Espanha, 109,3 milhares (53,6 milhares em 76); Reino Unido, 58,3 milhares (42,2 milhares em 76); Alemanha Federal, 39,1 milhares (27,8 milhares em 76); França, 29,9 milhares (22,9 milhares em 76); EUA, 27,4 milhares (16,4 milhares em 76); Suécia, 25,3 milhares (17,4 milhares em 76); Holanda, 23,5 milhares (12,7 milhares em 76); Bélgica, 10,1 milhares (6,6 milhares em 76); Canadá, 8,2 milhares (5,1 milhares em 76); e Suíça, 6,8 milhares (4,6 milhares em 1976).

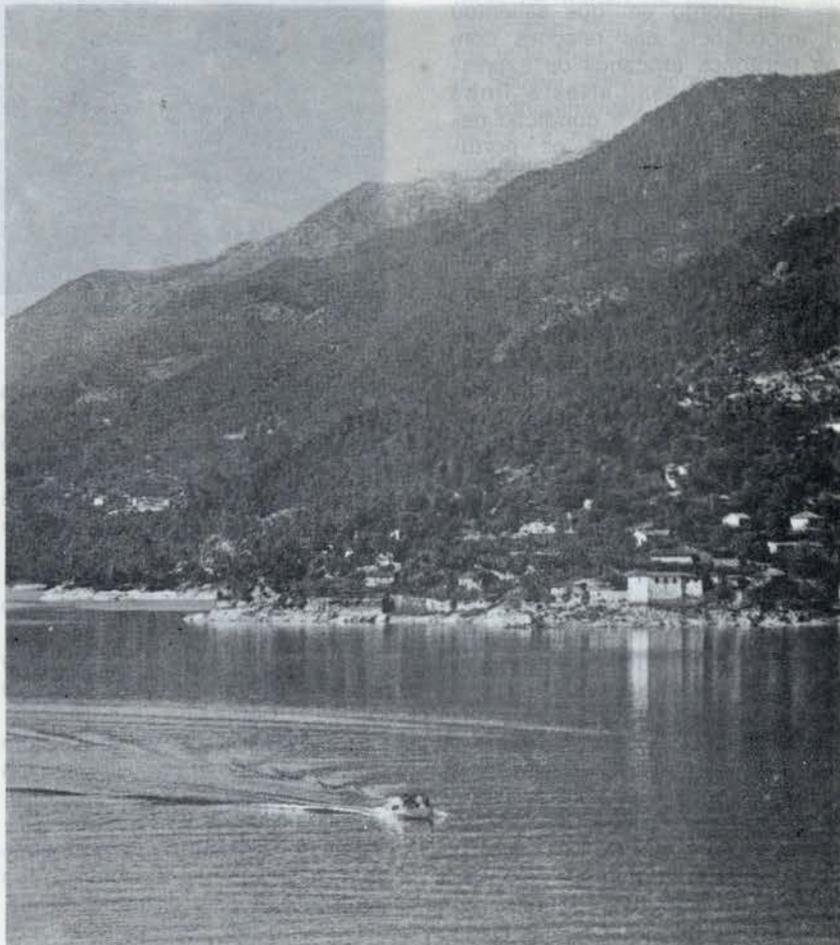
Situaram-se logo a seguir, mas registando descidas relativamente ao mesmo período do ano transacto, a Dinamarca, com menos 12,9 por cento (6,7 contra 7,7 milhares) e o Brasil, com um decréscimo de 42 por cento (6,6 contra 12,4 milhares).

Embora na 13.ª posição, a Itália registou uma significativa subida de 38,6 por cento, pois o número de italianos que visitaram Portugal no período em referência elevou-se de 4,4 milhares (em 76) para 6,1 milhares (em 1977).

Por outro lado, totalizou 935,4 milhares o número das entradas

gerais de visitantes em Portugal de Janeiro a Maio do ano corrente, contra 677,5 milhares no mesmo período de 1976, ou seja um acréscimo de 38,1 por cento.

No movimento de entradas gerais nos primeiros cinco meses de 1977 há a salientar que a Espanha contribuiu precisamente com 50 por cento dos 935,4 milhares, os quais incluem os 399,7 milhares de turistas, que foram os visitantes com permanência em Portugal igual ou superior a 24 horas, enquanto os restantes não chegaram a permanecer esse tempo, pelo que não têm a designação de turistas.



Clima ameno e belezas naturais, continuam a atrair para o nosso País milhares de estrangeiros.

«MADEIREM / 77»

CONGRESSO DE EMIGRANTES MADEIRENSES

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, visitou o arquipélago da Madeira, tendo presidido no Funchal, à sessão de encerramento do Congresso dos Emigrantes Madeirenses, que teve o nome de «MADEIREM-77».

Falando aos congressistas, Eanes referiu diversos aspectos da actual situação portuguesa, nomeadamente no capítulo da política externa, ponto em que salientou a importância das relações com os territórios africanos de expressão portuguesa. «Nesta linha — disse Eanes — é condição necessária punir todos os portugueses que, nesses países ou em Portugal se esquecem de que há interesses nacionais a defender e perante os quais devem desaparecer as ambições de grupo ou os preconceitos individuais».

«As tentativas de interferência na condição política desses países — acrescentou ainda o Presidente — são manifestações de ingerência que o Estado português não pode admitir».

No encerramento do «MADEIREM-77», Ramalho Eanes salientou que se trata de uma iniciativa que «revela uma das mais raras e mais ricas expressões de cultura colectiva». Com efeito «difícilmente outro povo poderia estabelecer, hoje com tanto realismo como os portugueses, um conceito de país que valoriza mais o homem do que o chão onde ele vive».

Registe-se, finalmente, a reafirmação do conceito de «vocaçã universalista», enquadrada pelo Presidente no seguinte contexto: «O fluir das modas políticas, que levou à adopção de figurinos alheios, e os factores retrógrados de que



Funchal (vista aérea).

se alimentaram os totalitarismos internos, desfiguraram a vocação do País e fizeram encerrar o ciclo do império em ambiente de tragédia. Hoje, no entanto, sem a posse de terras estranhas e com a experiência de uma prática histórica, podemos recuperar, em condições de pureza, a nossa vocação universalista».

O «MADEIREM-77» decorreu de 25 de Junho a 3 de Julho e incluiu o Congresso dos Emigrantes do Arquipélago, iniciativa com que se pretendeu, de acordo com o presidente do Governo Regional, Ornelas Camacho, «apreciar globalmente os assuntos relacionados com o Emigrante e obter a sua contribuição para o futuro desenvolvimento do Arquipélago». Foram debatidos assuntos sociais, actividade e propriedade privada,

investimentos, turismo, economia e finanças, educação, trabalho, indústria e agricultura.

No entanto, este debate não terá tido a adequada tradução, ao nível das conclusões apresentadas aos órgãos da informação e ao público em geral. Para além do nítido teor separatista das conclusões, vários congressistas queixavam-se de não terem tido a oportunidade de conhecer os textos e de os debater e aprovar.

Por outro lado, a participação dos delegados foi muito insuficiente, já que somente escassas dezenas de emigrantes estiveram presentes na luxuosa sala dos Congressos, instalada no mais moderno hotel do Funchal.

Entretanto, a passagem de Eanes pela ilha da Madeira foi marcada por alguns incidentes provocados

pelos adeptos da «FLAMA» os quais aproveitaram a ocasião para distribuir abundantes panfletos de cariz separatista e manifestar-se em alguns locais por onde a comitiva presidencial passava.

Durante a sua curta estadia na Região Autónoma, o general Ramalho Eanes teve uma reunião de trabalho com o ministro da República para a Madeira e com o Governo Regional, após o que visitou o porto do Funchal, a

Ribeira Brava e a ilha do Porto Santo.

Acompanharam o Presidente da República, integrados na sua comitiva, o conselheiro da Revolução, comandante Almeida Costa; o ministro do Comércio e Turismo, dr. Mota Pinto; o secretário de Estado da Emigração, dr. João Lima; o secretário de Estado do Fomento Agrário, eng.º António Campos; os chefes das Casas Cívicas e do gabinete do Presidente

da República, respectivamente, dr. Henrique Granadeiro e major José Pimentel; os assessores cívicos e militares dr. Caldeira Guimarães, Silva Costa, dr. Joaquim Aguiar, dr. Mado de Almeida, major Moreira Dias e cap. Jorge Caetano, o consultor da Comunicação Social, dr. Morais Cabral, assim como o médico pessoal do Presidente, dr. José Viegas Correia; o capitão Faria de Oliveira e o comandante Manuel Pina, ajudante de campo.

MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES FERROVIÁRIOS VAI CUSTAR 10 MILHÕES DE CONTOS

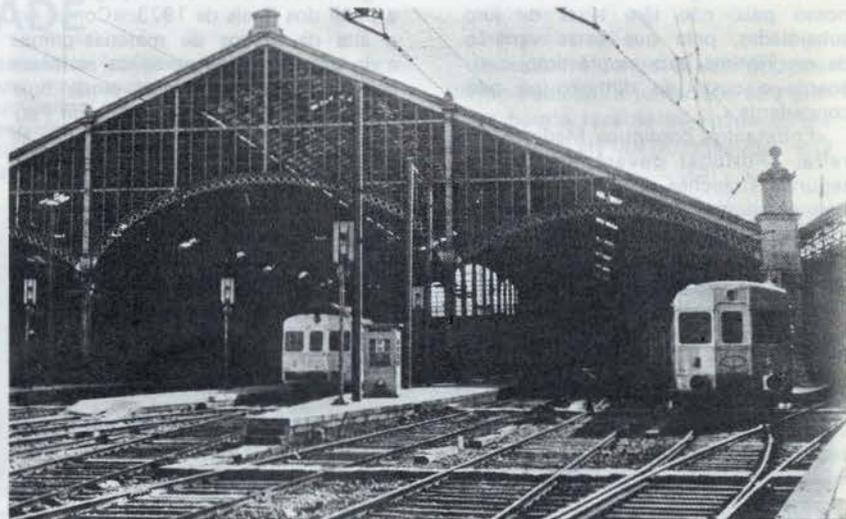
«No Programa do Governo, aprovado pela Assembleia da República, estabeleceram-se as orientações visando a reabilitação da rede ferroviária nacional, optando-se claramente por uma concentração de esforços nesta componente do sistema, apesar da sua rigidez, mas indiscutivelmente seu elemento chave» — afirmou o titular da pasta dos Transportes e Comunicações, Rui Vilar, no acto de posse do Conselho de Gerência da CP. Enunciando as medidas a tomar no âmbito dos transportes ferroviários, aquele membro do Governo referiu «a racionalização do sistema de exploração do transporte ferroviário com base em planos de transporte; captação de tráfegos vocacionais ao caminho de ferro: transportes suburbanos e de grandes massas; melhoria dos acessos ferroviários às zonas industriais e portuárias de maior interesse; política financeira cobrindo as necessidades de investimento e atribuindo indemnizações compensatórias à exploração; política de preços que traduza de forma transparente os custos de produção, sem prejuízo da prática de tarifas sociais».

Referindo-se à necessidade de incentivar o planeamento da CP, Rui Vilar salientou que o «o ministério tem vindo a diligenciar o

lançamento de um projecto a cargo de consultores internacionais de experiência e idoneidade comprovadas que o Banco Mundial financiará, integrado no apoio ao sector dos transportes em Portugal».

O ministro dos Transportes e Comunicações lembrou a resolução do Conselho de Ministros de 5 de Abril, que «determina a realização de importantes infra-estruturas de transporte ferroviário em

associação com os empreendimentos industriais de Sines, Moncorvo e Seixal» para acrescentar que «a concretização dos novos projectos, a modernização da infra-estrutura e a renovação e expansão do material circulante, decididos pelo Governo representam um esforço de investimento da ordem dos 10 milhões de contos».



Modernização e eficiência, principais e mais urgentes necessidades da CP.

RAZÕES E PROCESSOS DE CONCESSÃO DOS EMPRÉSTIMOS ESTRANGEIROS

O grande empréstimo solicitado por Portugal e necessário para o equilíbrio da balança de pagamentos nos próximos três anos será obtido por diversos meios, revelou o ministro das Finanças, Medina Carreira, num discurso proferido na televisão. Um conjunto de onze países industrializados, entre os quais os Estados Unidos e a República Federal Alemã, emprestarão 750 milhões de dólares (cerca de 30 milhões de contos) sendo parte desse empréstimo concedido pelos próprios Estados e outros pelos respectivos sistemas bancários.

Embora diferenciados entre si, os créditos concedidos têm, no entanto, características comuns, descritas pelo ministro das Finanças: «São a médio prazo (5 a 10 anos); são desligados da obrigação de gastar os seus montantes no país que os concedeu; não beneficiam da garantia ouro dada pelo nosso país; não têm taxas de juro subsidiadas, pelo que estas variarão de empréstimo para empréstimo, consoante o custo do dinheiro no país concedente.»

«Entretanto», continuou Medina Carreira, «Portugal deverá negociar a segunda «tranche» de crédito do FMI, com os seguintes objectivos: obter um financiamento adicional de 50 milhões de dólares, concedidos pelo FMI, e acordar um plano de estabilização para a economia nacional, que contribua para a redução do défice da nossa balança de pagamentos.»

Os empréstimos a que fiz referência serão utilizados gradualmente, durante um período de 18 meses, com início, segundo se espera, em Outubro próximo.»

Porque a quantia de 750 milhões de dólares será inferior ao défice esperado para aquele período de 18 meses, será então necessário obter financiamentos adicionais, que, de acordo com o responsável pelas Finanças, serão conseguidos «através de segunda «tranche» de crédito do FMI, de créditos

à exportação feitos a favor de bens de equipamento importados pelo nosso país e de empréstimos obtidos junto dos bancos comerciais internacionais.

No período subsequente aos 18 meses, financiados nos termos expostos, haverá que negociar novos financiamentos, designadamente junto do FMI, onde, neste momento, se discute a criação da chamada facilidade Witteveen, que tem por objectivo financiar défices de países como o nosso, que têm dificuldades mais graves da balança de pagamentos.

Assim se chegará ao montante de 1,5 biliões de dólares, previsto como necessário para os próximos 3 anos.

As negociações relativas aos empréstimos bilaterais previstos em Paris deverão iniciar-se proximamente.

O titular da pasta das Finanças explicou seguidamente «as tendências negativas» da balança de pagamentos a partir dos finais de 1973: «Começava a alta de preços de matérias-primas e do petróleo, e os primeiros sintomas de uma crise económica ainda hoje não ultrapassada em absoluto. Em Portugal, e em outros países similares, as balanças de pagamentos acusam os mesmos efeitos. Por essa altura, a Espanha, a Grécia, a Finlândia, a Áustria e a Turquia passam a ter também maiores dificuldades nas suas balanças de pagamentos, e países de muito maior potencial, tais como a França, o Canadá, o Reino Unido e a Itália não fogem ao fenómeno, alinhando também entre as nações externamente deficitárias. Em qualquer circunstância embora talvez em medida diversa, o nosso país não se subtrairia aos efeitos da onda que transformou o sinal das contas externas em muitos países.»

Temos ainda razões adicionais que devem ser sempre recordadas: a Revolução de 25 de Abril com todas as suas consequências estruturais pesou na evolução das nossas relações com o estrangeiro; baixou a competitividade na senda dos acréscimos de



Medina Carreira, Ministro das Finanças.

custos sobretudo salariais; diminuiu a qualidade; acentuou-se o incumprimento de prazos, e isto ao mesmo tempo que uma profunda crise económica internacional que, só por si, já seria amplamente suficiente para cercar as nossas possibilidades de venda ao exterior. Caiu ainda o turismo; os emigrantes retraíram-se.

A descolonização também provocou o afluxo de centos de milhares de irmãos nossos, carecidos de tudo e a pressionar, portanto, as nossas importações. Por outro lado, os mercados das ex-colónias, que absorviam cerca de 25 por cento das nossas exportações em 1970, estavam reduzidos a perto de 5 por cento em 1976.

Para além de tudo isto as estruturas empresariais portuguesas mostravam-se em inúmeros casos incapazes de suportar acréscimos de custos de produção sem inviabilizar a sua com-

petitividade fora do País. Hoje, algumas apenas vegetam à custa dos auxílios estaduais.

Foi assim que o problema cambial português se foi deteriorando progressivamente. A solução foi fácil enquanto dispúnhamos de divisas. Complicou-se com a aproximação do seu esgotamento.

O primeiro sinal inofensível da grave crise cambial portuguesa tem lugar em Maio de 1975: nessa data o Governo português contrai no Banco de Pagamentos Internacionais, um empréstimo de 250 milhões de dólares, garantido por ouro, utilizando imediatamente a quantia correspondente a 100 milhões. De então para cá, reduzidos exclusivamente às reservas de ouro, com o qual não é viável manter relações externas correntes, o País foi procurando, e obtendo, novos financiamentos, em grande parte com base nessas reservas.

Empossado o actual Governo, os problemas decorrentes do financiamento da balança de pagamentos constituíram as suas primeiras e mais sérias preocupações. Afirmei então estarmos abertos à aceitação de quaisquer apoios de ordem financeira, desde que acompanhados de cláusulas tendentes apenas à exclusiva salvaguarda da capacidade de reembolso.

Em situação precária, o Banco de

Portugal contraiu, no início de 1977, junto do Fundo de Estabilização Cambial dos Estados Unidos, um empréstimo a curto prazo, que poderia ser utilizado até ao montante de 300 milhões de dólares.»

«Tratava-se de uma operação destinada a satisfazer apenas as necessidades mais imediatas e prementes de tesouraria.

Esta constituía a solução inicial de um conjunto de financiamentos a culminar com um possível grande empréstimo, da ordem dos 1500 milhões de dólares, a satisfazer ao nosso país no período de 1978, 1979 e 1980.

Na sequência dos contactos iniciados por essa altura veio a ter lugar a referida reunião de Paris, de 22 do corrente.

Aí foi assumido o compromisso de concessão a Portugal de empréstimos bilaterais, para o período de um ano e meio.»

«Se tudo isto é verdade», disse o ministro, «é também certo que não poderemos nem deveremos encerrar os financiamentos externos como forma de adiar sucessivamente os problemas e as dificuldades; as operações financeiras que se espera vir a praticar neste domínio terão de ser encaradas como o subproduto de uma estratégia global de recuperação que nos con-

duza a uma cada vez mais moderada dependência económica externa.

Não podem estes financiamentos constituir anestésicos de sustentação do excessivo consumo português. Antes uma terapêutica eficaz para a reconstrução do País, que terá de operar, apesar de tudo, uma sensível modificação nos seus hábitos de vida.

Que o País não se iluda: o caminho da facilidade e das pretensões irrealistas é dia-a-dia mais curto. Se o não compreender, acabará por encontrar na sua frente um beco apenas.

Havemos, entretanto, de nos regozijar pela aposta firme que uns tantos países amigos fizeram em Portugal e no seu Governo, sob o empenhamento pessoal do próprio presidente dos EUA.

O volumoso financiamento que está acordado conceder-nos constitui o reconhecimento da comunidade internacional nas qualidades admiráveis do nosso povo, nas consequências infelizes da descolonização e na coragem e tenacidade com que o Governo, dia-a-dia, em paz, em liberdade e com pleno respeito dos direitos e garantias dos cidadãos, vai procurando erguer uma sociedade nova.

É a própria política do Governo, de austeridade e de verdade, que acaba de receber o justo reconhecimento internacional.»

ESTALEIROS DE VIANA DO CASTELO EM PLENA ACTIVIDADE

A carteira de encomendas dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo estende-se já até meados de 1979 e outros projectos encontram-se actualmente em estudo, segundo revelou o conselho de gerência dos estaleiros.

Aptos a construir navios até 30 mil toneladas, os estaleiros (que empregam 1800 trabalhadores) atravessam uma fase animadora. Iniciaram há pouco a construção de quatro embarcações fluviais de três mil toneladas, destinadas à União Soviética, e firmaram também contrato para a entrega de dois navios do tipo «roll-on/roll-off» a um armador britânico.

Outras obras de menor porte estão em curso, como é o caso de um batelão de 58 por 20 metros, para a Setenave, e de um navio de pesca costeira artesanal de 25 metros, que será entregue a uma cooperativa de pescadores de Viana. Os próprios trabalhadores do estaleiro têm, aliás, colaborado decisivamente neste projecto, laborando gratuitamente para além do seu horário normal de trabalho.

Segundo informações da empresa dos Estaleiros de Viana do Castelo,

estuda-se, actualmente, a criação de um novo sector para reparação que, utilizando parte do equipamento e dos serviços actuais, suscitará um investimento da ordem dos 400 mil contos, a aplicar em menos de três anos.



Vista parcial da cidade de Viana do Castelo.

I ENCONTRO DE EMIGRANTES DAS BEIRAS

Unir os emigrantes nas grandes tarefas de reconstrução nacional, eis os objectivos para que apontam as iniciativas ultimamente levadas a cabo, quer pelo Governo, quer por entidades para as quais os problemas da emigração representam a oportunidade de um contributo de alcance patriótico.

Inclui-se neste caso o I Encontro de Emigrantes das Beiras, iniciativa levada a cabo pelo «Jornal do Fundão, órgão de Informação que para além do seu lugar de prestígio no panorama da Imprensa Regional, tem dedicado à emigração particular interesse.

Convidado de honra para este Encontro, o Presidente da República, General Ramalho Eanes, confraternizou de perto com os emigrantes e presidiu à sessão de encerramento. Do discurso que então proferiu, salientamos:

«Seria errado (...) considerar a emigração massiva do passado o mais próximo exclusivo resultado de 50 anos de política autoritária e retrógrada. O regime que terminou em 25 de Abril não pode ser absolvido da sangria compulsiva a que a população do País esteve submetida. Mas convém afastar os equívocos das interpretações limitativas, porque o destino de Portugal esteve e permanece ligado à dispersão do seu Povo, que continuamente propendeu a alargar os seus horizontes geográficos.

«Outro erro seria entender a emigração como um processo psico-social de compensação de frustrações individuais, e bem assim como resultado de uma acção publicitária tendente a fazer do salário dos emigrantes o contrapeso dos «déficits» da balança de pagamentos».

Significativa foi também a presença do Secretário de Estado da Emigração, dr. João Lima, que



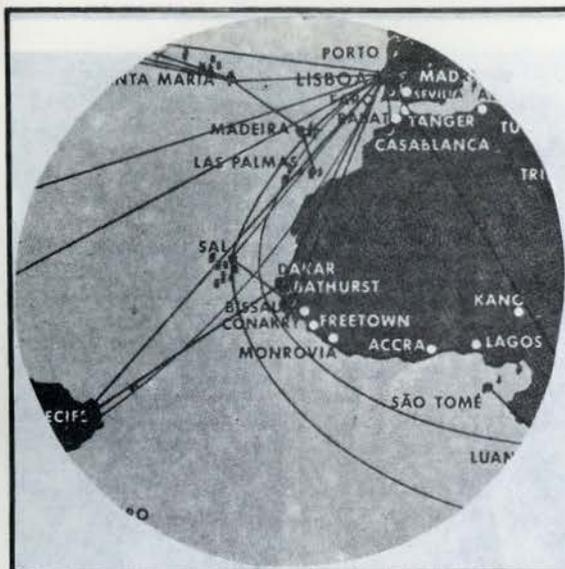
Uma fase da sessão de trabalhos.

aproveitou a oportunidade para mais uma vez reflectir o fenómeno emigratório, sublinhando que «ao unificarmos os nossos esforços governativos com este género de realizações, alcançaremos resultados práticos que se consubstanciam numa política de emigração definida e são o início de um longo caminho, lento e difícil, com vista a uma melhoria futura da condição económica, social e cultural dos nossos trabalhadores e à salvaguarda de valores que todo o Povo português, ontem como hoje, não alienou nem alienará. É pela preservação da nossa língua, pela expansão da nossa cultura e pela afirmação do nosso trabalho que os nossos compatriotas a viver no estrangeiro contribuem dia a dia para a elevação do nome do nosso País e da conservação autêntica do seu substracto social e moral, e é por aquilo que de

fecundo possam trazer a Portugal que concitarão o orgulho dos que cá ficam e o respeito de qualquer governo ou fórmula política».

António Paulouro, director do «Jornal do Fundão», evidenciou a organização deste Encontro como uma tentativa de obviar aos reais problemas dos emigrantes portugueses, «porque ele se realizou — disse — sob o sinal da verdade, e omitir lacunas seria trair quantos de nós esperam a fiel interpretação dos factos.»

Nos trabalhos deste I Encontro de Emigrantes das Beiras (do qual faremos relato total na próxima edição), foram abordados os temas considerados hoje de maior importância para os emigrantes: Associativismo, Cultura e Educação, Informação, Aplicação das remessas em Portugal e o Regresso à Pátria.



PORTUGAL E O MUNDO

MELHORAM AS RELAÇÕES COM ANGOLA E MUITOS REFUGIADOS VÃO REGRESSAR ÀQUELA ANTIGA COLÓNIA

As relações entre Portugal e a República Popular de Angola, que conheceram um período difícil na sequência do conturbado processo de descolonização daquela antiga colónia portuguesa, são hoje bastante boas, depois de diversas iniciativas desenvolvidas pelo Presidente da República e pelo Governo Constitucional, que enviaram emissários a Luanda, para contactos com o Presidente Agostinho Neto e outras destacadas individualidades do MPLA e do Estado angolano.

Assim, o emissário do general Ramalho Eanes, major Fonseca Freitas, entregou ao Presidente Agostinho Neto uma mensagem onde se lia:

«Foi com grande pesar e preocupação que acompanhei a evolução dos recentes acontecimentos em Angola onde se perderam vidas

indispensáveis à rápida consolidação de uma Angola livre e independente.

«Reafirmo-lhe, Senhor Presidente, em meu nome pessoal bem como do Povo Português, o agrado com que o felicito pelo pronto restabelecimento da ordem pública e pelos esforços que desenvolve para assegurar a normalização da vida política do seu país, que desejo sinceramente seja conseguida com pleno êxito e de acordo com os interesses do Povo Angolano.

«Não poderia deixar de, nesta ocasião, exprimir a minha convicção de que a acção esclarecida que Vossa Excelência vem desenvolvendo assegurará ao Povo Angolano um futuro de independência, unidade e dignidade nacional, na prossecução dos grandes objectivos da paz e do progresso.

«Quero também, Senhor Presidente, reiterar o meu desejo, no que sou acompanhado pelo povo português, de prosseguir seriamente e com eficácia a progressiva normalização das relações luso-angolanas por forma a superar dificuldades acumuladas e a garantir uma ligação fraterna entre os nossos dois povos.»

Em resposta, o Presidente Agostinho Neto escreveu:

«As palavras que Vossa Excelência me dirigiu são naturalmente ditadas por uma consciência que só conhece a linguagem franca e se exprime nos momentos necessários sem reservadas intenções.

«Por tal motivo, Senhor Presidente, em meu nome pessoal e no do Povo Angolano, agradeço os votos formulados.

«A serenidade, objectividade e interesse profundo serão normas

de conduta ou certezas básicas que irão permitir a continuação da nossa obra e a manutenção de uma linha de pensamento que vem de trás e se não poderá interromper.

«Os recentes acontecimentos vividos no nosso país em nada alteraram a nossa linha de orientação no sentido de reforçar e aprofundar a cooperação entre os nossos governos e povos, e apreciaremos sempre as ideias e iniciativas que facilitem e contribuam para concretização desses objetivos.»

Entretanto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, dr. José Medeiros Ferreira, abordou igualmente o tema das relações entre Portugal e a República Popular de Angola, recordando que a troca de embaixadores já ficara decidida há cerca de um ano, durante o encontro com o ministro angolano Eduardo Santos, em 30 de Setembro de 1976. Desde então as relações com as ex-colónias portuguesas, e em particular com a República Popular de Angola, têm vindo para «primeiro plano».

Aguarda-se actualmente que parte dos refugiados vindos de Angola para Portugal concretizem o regresso àquele país. Nesse sentido, existe já um acordo que facilita, em determinadas condições, o regresso de cidadãos portugueses interessados em viver e trabalhar em Angola. Quando alguns obstáculos políticos se encontrarem ultrapassados, tudo indica que esta intenção se tornará uma realidade a breve prazo.



Dr. Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola.

PRIMEIRO EMBAIXADOR DE MOÇAMBIQUE EM LISBOA

O presidente da República, general Ramalho Eanes, recebeu no Palácio de Belém as credenciais do primeiro embaixador de Moçambique em Lisboa, Armando Panguene. O novo representante diplomático na capital portuguesa é membro do comité central da Frelimo e ocupava no Governo do Maputo o cargo de vice-ministro dos Negócios Estrangeiros. Por outro lado, efectuou-se

no Maputo, a troca de instrumentos de ratificação do acordo geral de cooperação entre Portugal e a República Popular de Moçambique. Estiveram presentes ao acto, pela RPM, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano, e pela parte de Portugal, o embaixador Vaz Pereira. Ao abrigo deste acordo geral serão assinados acordos paralelos, em domínios diferentes.

JACQUES FAUVET, DIRECTOR DO «LE MONDE», VISITA LISBOA

Jacques Fauvet, director do prestigioso quotidiano francês *Le Monde*, esteve de visita ao nosso País, a convite do Centro Português de Planeamento, tendo sido recebido pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, pelo Chefe do Governo, Mário Soares e ainda por outras individualidades do mundo político e partidário.

Em declarações aos jornalistas o director do *Le Monde* considerou que a importância política de Portugal no contexto europeu, nomeadamente em relação à Europa Meridional, se encontra firmada desde o 25 de Abril, uma vez que os problemas políticos surgidos em Portugal já se colocavam e ainda se colocam noutros países, como, por exemplo, a França. Dentro dessas questões, referiu, a título de exemplo, as relações entre os partidos da esquerda e as relações do Partido Socialista com outros quadrantes políticos.

O director do *Le Monde* referiu-se, em conferência de imprensa, à situação política portuguesa, que classificou de «estável», tendo a propósito referido que as transformações políticas aqui ocorridas «vão muito além das que foram feitas em França». Ressalvando as «diferenças entre os quatro países

da Europa Meridional, Fauvet sublinhou que em França «a esquerda, se quiser alcançar o Poder, está condenada a entender-se, pelo que o sonho de alguns socialistas — um Governo socialista homogénio, em França — é, neste momento, uma impossibilidade matemática». «Em Portugal», prosseguiu, «a situação é outra. Quando aconteceu o 25 de Abril, muitos franceses (entre eles *Le Monde*) sentiram uma dupla esperança e satisfação: em primeiro lugar, tratava-se de um país que saía de uma ditadura sem necessidade de uma revolução sangrenta; por outro lado, a esquerda tinha o poder e era preciso ver o que ela demonstrava ser capaz de fazer.»

«O nosso receio», observou, «era que um excesso de revolução levasse a um excesso de reacção, o que, segundo o que me já foi dado ver, é, presentemente, um receio injustificado.»

O embaixador francês em Lisboa ofereceu um jantar em honra do director do *Le Monde*, ao qual compareceu o Primeiro-Ministro do Governo Constitucional, Mário Soares. Refira-se que Jacques Fauvet permaneceu alguns dias mais em Portugal, como um vulgar e anónimo turista, em gozo de férias.



Jacques Fauvet, director do «Le Monde»

**ESTA REVISTA É PARA OS EMIGRANTES.
DIVULGUE-A ENTRE OS SEUS AMIGOS
E CAMARADAS DE TRABALHO.
RECOMENDE A SUA ASSINATURA.**

SISTEMA DE POUPANÇA-CRÉDITO PARA COMPRA DE HABITAÇÃO OU PROPRIEDADES EM PORTUGAL

Na sequência da Nota Informativa elaborada pela Secretaria de Estado da Emigração em Julho de 1976 (n.º 16, pág. 10), acerca do sistema de «Poupança-Crédito», instituído pelo Decreto-Lei n.º 540/76 de 9/7/76 — posteriormente regulado pela Portaria n.º 718/76 de 27/11/76 —, e tendo em conta as alterações introduzidas pela Lei n.º 21-B/77 de 9/4/77, considera-se necessário prestar informações pormenorizadas sobre os moldes actuais do referido sistema a fim de facilitar a sua utilização pelos interessados.

SISTEMA DE «POUPANÇA-CRÉDITO»

1. Em que consiste o sistema:

É um sistema ao abrigo do qual poderão ser concedidos benefícios:

- Na compra ou benfeitorias de *terrenos*, quer para exploração agrícola directa, quer para arrendar;
- Na compra, construção ou melhoramentos de *casas* ou *andares*, quer para habitação própria do dono, quer para arrendar.

2. Quais os benefícios:

Desde que verificadas as condições adiante indicadas, poderão ser concedidos os seguintes benefícios:

- Empréstimos de dinheiro com uma taxa de juro mais baixa do que a aplicada no mercado normal;
- Isenção ou redução do imposto de sisa;
- Isenção da contribuição predial por determinado número de anos.

3. Quem pode beneficiar:

- Só podem beneficiar deste sistema os emigrantes portugueses, os emigrantes originariamente portugueses que tenham adquirido a nacionalidade estrangeira e seus filhos;
- Os interessados que se encontrem nestas condições terão de apresentar os seus pedidos de crédito nas instituições do Estado ou Bancos nacionalizados;

— A qualidade de emigrante pode ser comprovada mediante a apresentação da carteira de residente no estrangeiro, de carteira de trabalho ou de qualquer outro documento pelo qual a instituição de crédito depositária se possa assegurar de que o interessado é efectivamente emigrante e *reside no estrangeiro há mais de seis meses.*

4. Condições necessárias:

É necessário que em relação às pessoas atrás indicadas que pretendam beneficiar do sistema de poupança-crédito, se verifique *uma* das seguintes condições:

— Nos seis meses anteriores à data do pedido do empréstimo, tenham transferido para Portugal, através das instituições de crédito do Estado ou nacionalizadas, uma importância em moeda estrangeira cujo contravalor em escudos seja pelo menos igual ao montante do empréstimo pedido;

ou

— Tenham constituído, em instituição de crédito do Estado ou nacionalizada, *uma conta de depósito de poupança-crédito.*

CONTA DE DEPÓSITO «POUPANÇA-CRÉDITO»

1. Como pode ser creditada:

- Com o contravalor em escudos de moeda estrangeira efectuada através do sistema bancário;
- Com o contravalor em escudos de notas estrangeiras e outros meios de pagamento sobre o exterior de que o respectivo titular seja portador

ou que tenha remetido ao seu procurador;

- Com escudos transferidos de contas abertas em outras instituições de crédito, mediante prova de que esses escudos tiveram origem em remessas de moeda estrangeira, observada a limitação de seis meses prevista no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 540/76;
- Com a transferência do saldo, ou parte, expresso em escudos, de contas de depósito de emigrantes em moeda estrangeira;
- Com os juros vencidos.

2. Quem pode movimentar a conta:

- Os titulares das contas de depósito de poupança-crédito podem autorizar, através de procuração em que se especifiquem os poderes do procurador, que residentes em Portugal movimentem essas contas, nas condições e dentro dos montantes que estabeleçam;
- Sempre que a delegação de poderes seja feita a favor dos cônjuges, pais, filhos ou irmãos, pode essa delegação constar de documentos relativos à abertura da conta de depósito;
- Durante o período de vigência do depósito de poupança-crédito podem ser livremente efectuados levantamentos de fundos.

3. Duração da conta:

- As contas de depósito de poupança-crédito são expressas em escudos e o seu período de vigência pode ir até ao máximo de 5 anos, contados a partir da data da sua abertura;
- Não sendo o respectivo saldo utilizado para o seu fim específico, ao fim de 5 anos deve o mesmo ser transferido para uma conta de depósito à ordem ou a prazo, conforme o titular preferir, e cancelada a conta de poupança-crédito.

4. Juros vencidos pelos depósitos:

- Os depósitos de poupança-crédito vencem juros à taxa atribuída aos depósitos a prazo de 180 dias (actualmente 7,5%), que serão contados ao semestre e capitalizados na própria conta;
- Por cada período completo de um ano e um dia em que a conta não registre levantamentos creditar-se-á um prémio correspondente ao diferencial da taxa de juro para os depósitos a mais de um ano (actualmente 12%);
- Os juros vencidos pelos depósitos de poupança-crédito estão isentos do imposto de capitais.

CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS

1. Como conseguir um empréstimo:

A concessão de empréstimos no sistema de «poupança-crédito» subordina-se às seguintes condições:

- O empréstimo destinar-se-á à construção, aquisição ou melhoramento de prédios urbanos ou à aquisição ou benfeitorias de prédios rústicos;
- O montante do empréstimo tem o limite máximo de 1000 contos e não pode ultrapassar o saldo da conta de depósito no momento da apresentação do respectivo pedido, nem ser superior a 50% do valor que a instituição de crédito atribuir aos terrenos, prédios ou andares a que se destina o empréstimo;
- Nos casos de construção ou de melhoramentos de prédios urbanos ou de benfeitorias em prédios rústicos, a utilização do empréstimo ficará condicionada à verificação do andamento das obras;
- Os empréstimos serão garantidos por hipoteca sobre os mesmos bens a favor da instituição de crédito;
- O prazo do empréstimo não poderá exceder 12 anos;
- A amortização será feita, em prestações mensais ou semestrais, iguais de capital e juros.

ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE SISA

1. Condições para a isenção ou redução de sisa:

- Se o valor atribuído pelas Finanças ao terreno, prédio ou andar, para efeitos de sisa, não exceder o montante correspondente ao dobro da importância transferida do estrangeiro para Portugal e efectivamente utilizada na aquisição, haverá isenção de sisa;
- Se esse valor exceder o montante referido no número anterior, será devida sisa apenas sobre o excesso.

Para exemplificar, imagine-se um terreno, prédio ou andar a que as Finanças atribuem o valor colectável de 1000 contos. A sisa a pagar depende da quantia transferida do estrangeiro e aplicada na aquisição de acordo com o quadro seguinte:

Quantia transferida e aplicada — hipóteses	Valor sobre que incide a sisa	Percentagem do valor do prédio isento de sisa
500 contos ou mais	0 (1000 - 2 x 500)	100%
400 contos ou mais	200 contos (1000 - 2 x 400)	80%
300 contos ou mais	400 contos (1000 - 2 x 300)	60%
200 contos ou mais	600 contos (1000 - 2 x 200)	40%
100 contos ou mais	800 contos (1000 - 2 x 100)	20%

A Lei n.º 21-B/77, de 9/4/77, veio estabelecer uma importante alteração relativamente ao Decreto-Lei n.º 540/76: é que deixou de ser necessário pedir um

conceder está relacionado com a percentagem correspondente à isenção de sisa, nos seguintes termos:

Escalões	Percentagem correspondente à isenção de sisa	Período de isenção de contribuição predial a conceder
A	Igual a 100% (isenção total)	10 anos
B	Entre 75% e menos de 100%	8 anos
C	Entre 50% e menos de 75%	6 anos
D	Entre 25% e menos de 50%	4 anos
E	Entre 10% e menos de 25%	2 anos

Aplicando esta tabela ao exemplo indicado no número anterior da presente nota informativa, os resultados são os seguintes:

Isenção de sisa	Período de isenção da contribuição predial
100%	10 anos
80%	8 anos
60%	6 anos
40%	4 anos
20%	2 anos

empréstimo para beneficiar da isenção ou redução de sisa e da contribuição predial, quer dizer, o interessado pode prescindir do empréstimo, se quiser, que não perde o direito àqueles benefícios, desde que a aquisição:

- seja efectuada ao abrigo do sistema de «poupança-crédito»;
- embora sem recurso ao crédito, o adquirente utilize *directamente na aquisição* importâncias transferidas ou a conta de depósito a que atrás se refere.

ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREDIAL

1. Condições para a isenção de contribuição predial

O período de isenção de contribuição predial a

2. Aplicação retroactiva:

Esclarece-se que a Lei n.º 21-B/77 estabeleceu que a isenção ou redução de sisa e de contribuição predial, a conceder nos moldes atrás indicados, é aplicável às compras efectuadas desde 9 de Julho de 1976, desde que o emigrante possa demonstrar que aplicou *directamente nessa compra dinheiro transferido do estrangeiro*. Para fazer esta prova, os interessados deverão solicitar à instituição de crédito por intermédio da qual foi feita a transferência, um certificado dessa transferência, apresentando-o na respectiva repartição de finanças.

EMPRÉSTIMOS REEMBOLSÁVEIS A CANDIDATOS À EMIGRAÇÃO

O Conselho de Ministros decidiu afectar cerca de 80 mil contos à concessão de subsídios de viagem aos candidatos à emigração, desde que estes façam prova de insuficiência económica e possuam contrato de trabalho no país de destino.

Para tal, foi aprovado um decreto-lei em que se prevê que o subsídio possa ser extensivo à cobertura de despesas de transporte e despesa em território nacional, efectuadas por motivo da organização do processo migratório.

Não se trata, portanto, de um incentivo oficial à emigração, mas de um simples empréstimo reembolsável. O semanário «Tempo» ouviu a este respeito o chefe de gabinete do secretário de Estado da Emigração, dr. Eduardo Âmbar, que esclareceu tratar-se de um mero «apoio financeiro a todos os candidatos a emigrantes que estejam

carecidos de meios e que disso façam prova através de documentação passada pelas Juntas de Freguesia. O auxílio abrange a viagem do emigrante e da família (cônjuge, descendentes em linha recta e ascendentes). Este subsídio, reembolsável à Secretaria de Estado da Emigração, de uma só vez, ou no prazo de três anos, visa fazer com que a emigração que é cortada por falta de meios possa ser concretizada.»

Uma certa imprensa acusou o Governo de estar, por esta forma, a desenvolver uma política de fomento da emigração. A este respeito, o dr. Eduardo Âmbar salientou que «nunca se poderá entender que isto seja fomentar a emigração. Não é incentivo, porque todos os candidatos que estão em circunstâncias de emigrar, mas que não possuem meios para se deslocarem até ao país de destino, se

não os ajudarmos a emigrar, estamos a contribuir para que esses trabalhadores fiquem desempregados no nosso País. Além disso, é o próprio trabalhador que voluntariamente opta por emigrar, embora isso não seja nada agradável.»

«Não se pense — acentuou — que isto vai traduzir-se num aumento de emigrantes. Simplesmente, os que pretendem emigrar terão mais facilidades.»

Para a concessão do subsídio, o candidato deve ter o visto de entrada no país de destino e o contrato de trabalho, além dos documentos passados pela Junta de Freguesia. Apresenta-se, de seguida, na Direcção-Geral da Emigração, onde o processo seguirá os seus trâmites legais.

O Governo decidiu igualmente tomar medidas que facilitem a entrada de emigrantes e turistas estrangeiros nas fronteiras. Os formulários de passagem serão igualmente simplificados.

EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)
Venezuela (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11875	25
(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21700 11875	13 25
Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste)	01.00-03.00	11935 6025	25 49
(Todos os dias) (Oeste)	03.30-05.00	11935 6025	25 49
Europa (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6025 6185 9740	49 48 30
(Domingos e sábados)	18.30-20.30	6025 9740	49 30
(Domingos e sábados)	08.00-18.00	6025 11800 9740	49 25 30
(Domingos e sábados)	18.30-20.30	6025 9740	49 30
Macau, Timor e Austrália (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21700 21735	13 13
(Domingos)	09.25-10.55	21700 21735	13 13
S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21700 17880	13 16
(Domingos)	19.00-19.30	15340 17880	19 16
(Domingos)	11.00-11.30	21700 17880	13 16
(Domingos)	18.00-18.45	17880 15340	16 19
(Domingos)	14.30-18.00	21700	13

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)
Angola (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21700 17880	13 16
(Domingos)	19.30-20.00	15340 17880	19 16
(Domingos)	11.30-12.00	21700 17880	13 16
(Domingos)	18.45-19.30	15340 17880	19 16
(Domingos)	14.30-18.00	21700	13
Moçambique (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21700 17880	13 16
(Domingos)	20.00-20.30	15340 17880	19 16
(Domingos)	12.00-12.30	21700 17880	19 16
(Domingos)	19.30-20.15	15340 17880	19 16
(Domingos)	14.30-18.00	21700	13
Guiné e Cabo Verde (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00	21495 15125	13 19
(Domingos)	20.30-21.00	15125	19
(Domingos)	13.30-14.00	21495	13
(Domingos)	20.15-21.00	15125	19
(Domingos)	14.30-18.00	21700	13
Índia (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17895	16
Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	11790 11840	25 25
(Domingos)	14.30-18.00	21700 15125	13 19
(Domingos)	22.30-01.00	11790 11840	25 25

CONHEÇA OS SEUS DIREITOS DE SEGURANÇA SOCIAL

Continuamos neste número a publicação de uma série de documentos elaborados pela Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes (C.C.S.S.T.M.).

Dependendo do Ministério dos Assuntos Sociais, este organismo é responsável pela aplicação, em Portugal, das diversas convenções de Segurança Social assinadas entre Portugal e alguns países estrangeiros onde os quantitativos da emigração portuguesa mais justificam a defesa dos seus interesses.

Concretamente, aquilo que as Caixas de Previdência tratam para os residentes em Portugal (abonos, pensões, subsídios, assistência médica e medicamentosa, etc.), trata esta Caixa Central para os trabalhadores portugueses no estrangeiro — quer em relação aos seus familiares residentes em Portugal, quer para eles próprios quando se encontram temporariamente no nosso País, ou regressam em definitivo.

O primeiro texto desta série tratou do problema do Abono de Família para os familiares dos emigrantes que residem em Portugal, e foi publicado no n.º 12 (Julho de 76) desta Revista.

Nesta edição trata-se do Seguro de Doença (deslocação temporária). Publicaremos em próximos números informações relativas a Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, bem como Seguros de Invalidez, Velhice e Sobrevivência.

Para mais informações dirija-se à

Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes

Rua da Junqueira, 112
Lisboa-3 — Tels. 4 52 81/7

SEGURO DE DOENÇA (Deslocação temporária)

Países	Beneficiários	Formulários	Duração da concessão	Observações
ALEMANHA	Pensionistas ou trabalhadores em gozo de férias pagas anuais e familiares que os acompanham, ou trabalhadores já com baixa que vêm a Portugal para continuação do tratamento. Beneficiários portugueses que se deslocam à Alemanha em gozo de férias, bem como os pensionistas.	— P 8/1 para férias. — P 10/13 para trabalhadores já com baixa por doença ou acidente de trabalho. — P 11/1 para pensionistas.	Pensionistas: sem limite. Activos: períodos mencionados no formulário.	
ARGENTINA	Não previsto na convenção.			
BÉLGICA	Pensionistas ou trabalhadores em gozo de férias pagas anuais que se deslocam de um para outro país, ou segurados com baixa que regressam a Portugal para continuação do tratamento, e respectivos familiares. Segurados de ambos os países que se deslocam de um para o outro em turismo, e respectivos familiares.	— B Port 8 para férias pagas e pensionistas, bem como para os turistas. — B Port 10 para continuação da baixa em Portugal.	Períodos de 45 dias, renováveis.	A articulação do seguro de doença com o seguro de invalidez é assegurada pelo organismo belga.
BRASIL	Segurados e pensionistas que se deslocam de um para o outro país, e respectivos dependentes.	P B 4.	Varia consoante a situação do interessado.	
ESPAÑA	Trabalhadores no período de férias pagas ou que, autorizados pelo organismo competente transferem a sua residência para continuação de tratamento, e respectivos familiares.	P E 5.	Períodos mencionados no formulário. Renováveis em caso de baixa.	
FRANÇA	Trabalhadores ocupados num país que se deslocam ao país de origem em gozo de férias pagas, ou já com baixa, e familiares a cargo que os acompanham.	Férias pagas: não há formulário, devendo o segurado apresentar os boletins de salário, o passaporte e o cartão de segurado. Transferência de residência após a baixa: — por doença: SE-139 04. — por acidente de trabalho: SE-139 19. Familiares: SE-139 07.	A concessão das prestações pecuniárias é garantida por 3 meses, prorrogável por mais 3, findos os quais só continuará a haver direito em caso de doença de excepcional gravidade (até um limite de 3 anos). Caso a doença não seja de excepcional gravidade, cessará o direito às prestações pecuniárias, mas o direito à assistência médica será mantido e suportado pelo organismo português.	Caso se verifique que a doença, não seja reconhecida de excepcional gravidade pelo organismo francês, mas é susceptível de implicar uma situação de invalidez, o trabalhador deverá ser convidado a apresentar um requerimento de pensão de invalidez, devendo a Caixa Distrital enviar um relatório médico à C.C.S.S.T.M.
HOLANDA	Pensionistas ou trabalhadores em gozo de férias anuais que se deslocam de um para o outro país, ou segurados com baixa que se deslocam ao país de origem, e respectivos familiares. Segurados de ambos os países que se deslocam de um para o outro em turismo, e respectivos familiares.	Férias: PH 5. Baixa: PH 11. Pensionistas: não existe formulário adequado.	A concessão das prestações é garantida durante o prazo indicado no formulário de abertura do direito e, em caso de baixa, das respectivas prorrogações.	A articulação como seguro de invalidez do regime holandês é assegurado pelo respectivo organismo.
LUXEMBURGO	Pensionistas ou trabalhadores em gozo de férias pagas anuais ou em situação de baixa por doença ou acidente que se deslocam para o país de origem, bem como os familiares que os acompanham. Segurados de ambos os países que se deslocam de um para o outro em turismo, e respectivos familiares a cargo.	Férias e baixa: PL 6/9. Pensionistas: PL 33.	A concessão das prestações é garantida durante o prazo indicado no formulário de abertura do direito e, em caso de baixa, das respectivas prorrogações.	No que respeita ao seguro de doença só haverá direito a um período máximo (autorizado) de 52 semanas findo o qual o trabalhador deverá apresentar um pedido de pensão de invalidez.
SUIÇA	Só os trabalhadores que, em consequência de acidente de trabalho, estão com baixa e obtêm autorização para se deslocar a Portugal.	CH/P 15.	Período autorizado no formulário.	

PROBLEMAS DO ENSINO **PARA OS EMIGRANTES**

INFORMAÇÃO SOBRE O REGIME DE EQUIVALÊNCIAS

EQUIVALÊNCIAS PARA A CONTINUAÇÃO DE ESTUDOS

Ensino liceal:

1. As equivalências a conceder tomarão por base o número de anos de escolaridade que o requerente comprove através do respectivo certificado de habilitações.

Consequentemente, o requerente apresentará o respectivo certificado de habilitações e programa de estudos e, em caso de dúvida levantada na apreciação do processo, documento comprovativo do número de anos de escolaridade.

Consequentemente, a um aluno que, por exemplo, faça prova de possuir o grau «9» de escolaridade professada na África do Sul será permitida a sua matrícula no 1.º ano do curso complementar dos liceus.

2. A equivalência concedida só produzirá os efeitos pretendidos após a aprovação do aluno nas disciplinas de Português, História e Geografia de Portugal, realizadas ao nível do ano em que é concedida a equivalência e nos termos indicados nas alíneas que se seguem:

- a) Se ao aluno for permitida a matrícula no primeiro ano do curso complementar dos liceus, a matéria das disciplinas de cultura portuguesa será a professada no actual 3.º ano do curso geral;
- b) Se for permitida ao aluno a matrícula nos 2.º ou 3.º anos do curso geral, os exames *ad hoc* sobre cultura portuguesa poderão ser aqueles que no 3.º ano do mesmo curso o requerente terá de realizar. Excepcionam-se neste caso os exames de cultura portuguesa a realizar pelo aluno, quando ao mesmo for permitida a matrícula no 1.º ano do curso geral dos liceus, pois que estes exames serão prestados ao nível do ciclo preparatório do ensino secundário;

- c) *Se a equivalência for concedida relativamente ao curso complementar dos liceus, além do exame sobre cultura portuguesa ao nível do curso geral deverá ainda o requerente prestar provas de exame ad hoc relativas às disciplinas consideradas fundamentais para o curso superior que pretende seguir e que não constem do curriculum que professou no estrangeiro. Essas disciplinas serão em princípio as que constituem as «nucleares» do curso superior a que o aluno se destina;*
- d) *Os alunos que comprovem possuir nacionalidade estrangeira serão sujeitos aos mesmos exames exigidos para os alunos portugueses, considerando-se assim revogado o despacho ministerial de 4 de Fevereiro de 1969.*

Ensino técnico profissional:

Em virtude de os cursos professados no ensino técnico profissional estarem anualmente sujeitos a exames, além do esquema já traçado para o ensino liceal, o sistema de equivalência funcionará, atendendo-se ainda às seguintes especialidades:

- a) A prestação de exames *ad hoc* nas disciplinas de cultura portuguesa deverá obedecer ao programa dessas disciplinas professado no ano imediatamente anterior àquele em que é facultada a matrícula ao requerente;
- b) Se o exame final de qualquer uma das disciplinas de cultura portuguesa se realizar no ano em que é permitida a matrícula, ou nos imediatos, será dispensável a prestação do mesmo ou dos mesmos, devendo o aluno apresentar-se às respectivas provas sobre cada uma das disciplinas relativas à cultura portuguesa no ano em que o actual *curriculum* do ensino técnico profissional o sujeita a exame final;

c) Desde que o requerente não possua no *curriculum* que professou no estrangeiro as disciplinas de especialidade respeitantes ao curso do ensino técnico profissional em relação ao qual foi estabelecida a respectiva equivalência, deverá o mesmo ser sujeito à prestação de exame *ad hoc* dessas disciplinas desde que as mesmas já tenham sido sujeitas a exame final em ano ou anos anteriores àquele em que ao requerente é permitida a matrícula;

d) Sempre que ao requerente seja permitida a matrícula no 1.º ano de um curso complementar do ensino técnico, será o mesmo sujeito à prestação de exames *ad hoc* sobre a matéria básica do curso geral respectivo e ainda de Português e Matemática do último ano do curso geral, além de uma prova de cultura geral. As provas sobre as matérias básicas do curso geral só serão obrigatórias desde que o requerente as não possua no respectivo *curriculum* que professou no estrangeiro. Nesse caso, o exame *ad hoc* sobre cultura portuguesa versará o programa a que as mesmas disciplinas se encontram sujeitas no respectivo ano de exame do curso real relativamente ao qual é estabelecida a equivalência;

e) O estabelecido na alínea d) do n.º 2 para o ensino liceal aplica-se ao ensino técnico profissional.

3. Na sequência da equivalência concedida relativamente ao ensino liceal ou técnico profissional é facultada ao requerente a frequência em ano inferior àquele em que foi estabelecida a equivalência, desde que o mesmo se julgue ou seja considerado como não possuindo a preparação necessária à frequência do ano em que por efeito de equivalência concedida lhe é permitida a matrícula.

4. Embora sujeitas às regras atrás enunciadas, os exames *ad hoc* não só de cultura portuguesa como de disciplinas e matérias específicas poderão ser antecipadas em face de necessidade exposta pelo requerente e comprovada pela Direcção-Geral do Ensino Secundário. Os referidos exames não deverão, no entanto, realizar-se no começo do ano escolar.

EQUIVALÊNCIAS PARA PROVIMENTO EM CARGOS PÚBLICOS

Ensino liceal:

a) A habilitação exigida por lei para o exercício de funções públicas não específicas é a concedida pela aprovação no 3.º ano do curso geral dos liceus. Desta forma, tomar-se-á por base a escolaridade que o requerente obteve no estrangeiro, sujeitando-a a exame das disciplinas de cultura portuguesa, desde que o requerente possua pelo menos nove anos de escolaridade obtidos no estrangeiro;

b) No caso de o requerente não possuir os anos de escolaridade obrigatória para a concessão da equivalência ao 3.º ano do curso geral dos liceus, é-lhe permitida a prestação de provas das disciplinas que constituem o *curriculum* desta habilitação.

Ensino técnico profissional:

Relativamente ao provimento em determinados cargos públicos, é exigida uma habilitação concedida pela posse de diploma de um curso técnico profissional específico.

Nestes casos, a equivalência funcionará:

a) Tomar-se-á por base o número de anos de escolaridade que o requerente professou no estrangeiro, sujeitando-se à prestação de provas sobre as disciplinas de cultura portuguesa desde que o mesmo possua pelo menos nove anos de escolaridade;

b) Nas condições previstas em a), o requerente será sujeito a exame *ad hoc* nas disciplinas básicas do curso geral a que pretende equivalência, desde que as mesmas não façam parte do *curriculum* professado no estrangeiro.

EQUIVALÊNCIA PARA FINS MILITARES

É concedida a equivalência pura e simples desde que o requerente possua nove ou onze anos de escolaridade professados no estrangeiro e deles faça prova. No caso de o requerente possuir menos de nove anos de escolaridade, será sujeito às regras estabelecidas para as equivalências com efeito na sequência de estudos.

Ficam desde já preteridas as seguintes formalidades:

a) Reconhecimento pelo cônsul de Portugal na localidade e legalização pelos Serviços Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos documentos comprovativos das habilitações adquiridas;

b) Autenticação pelas autoridades escolares do país em causa dos planos de curso que o requerente frequentou no estrangeiro.

A Direcção-Geral do Ensino Secundário — via serviço de equivalências — procederá à tarefa de recolha da documentação necessária, contactando por isso com as embaixadas acreditadas no País, sempre que aos requerentes, já domiciliados em Portugal, se torne de grande dificuldade a obtenção da documentação necessária.

As situações relativas a equivalência que se não possam enquadrar nas presentes normas serão solucionadas por despacho ministerial, a recair sobre parecer dos serviços de equivalências.

A EMIGRAÇÃO E SEUS PROBLEMAS NO DISTRITO DA GUARDA

Um grupo de alunos da Escola do Magistério Primário da Guarda, animados pelo seu professor de sociologia, Alberto Martinho, dedicou-se durante alguns meses, a fazer uma investigação de ordem sociológica, relacionada sobretudo com os problemas da emigração no distrito, como se sabe o mais afectado em Portugal por este fenómeno.

Naturais de aldeias e vilas com bastantes emigrantes, os estudantes dedicaram-se durante algumas semanas a fazer sondagens, a entrevistar emigrantes. Uma dessas sondagens foi feita sobre 135 pessoas, outra com 43 filhos de emigrantes, nas aldeias de Muchagata, Pousafoles, Valbom, Vilaes (Pinhel) e Vale Formoso.

O que a seguir apresentamos é um resumo da conversa que durante as comemorações do Dia das Comunidades então travámos com esse grupo de estudantes, acompanhados de Alberto Martinho.

Redactor — Vocês fizeram umas sondagens sobre certos aspectos da emigração neste distrito da Guarda. Como é que nasceu essa ideia?

Grupo — Nas aulas de sociologia que tivemos este ano, surgiu a ideia de fazer uma sondagem a vários aspectos da vida das pessoas do nosso distrito e um dos assuntos que abordámos foi o da emigração, porque alguns de nós ou quase todos, somos de terras com muitos emigrantes. O que sentimos durante o trabalho, é verdade que se diga, é que algumas pessoas mostraram uma certa desconfiança...

Redactor — Quais foram as descobertas que fizeram?

Grupo — As nossas principais descobertas podemos resumir-las no seguinte. Antes de mais verificámos que os emigrantes ganham dinheiro, bastante dinheiro como se verifica nos gráficos, e não sabem como nem onde empregá-lo. E mais: têm até dúvidas em mandá-lo para cá, em razão do mercado negro que é muito grande. A percentagem é elevada, a ponto de milhares de

contos serem canalizados para o estrangeiro. Consta até que há pessoas de posição que fazem fortuna com o tráfico de divisas.

Redactor — Podem citar números de dinheiros enviados pelos emigrantes para o País?

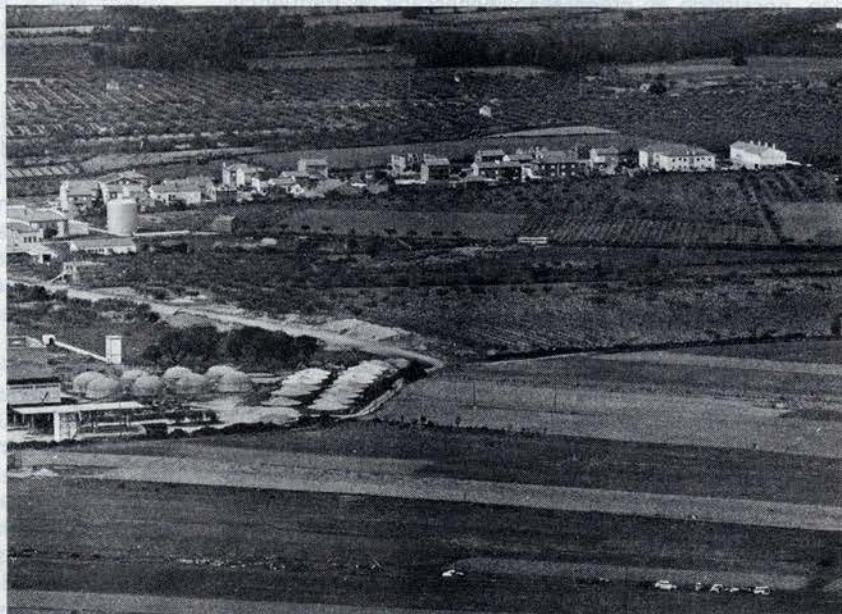
Grupo — Basta ver o quadro

onde se podem ler as quantidades de dinheiro que os emigrantes do nosso distrito têm na Torralta (mais de 135 mil contos) e no J. Pimenta (mais de 71 mil contos), o que dá a bonita soma de mais de 200 mil contos, só nestas duas empresas.

(Um outro estudante acrescentou: O menos que se pode pedir é que este problema dos dinheiros colocados na Torralta e no J. Pimenta pelos emigrantes seja resolvido, pelo menos no que toca a eles, senão para a outra vez...)

Redactor — Pelo que vocês dizem a questão dos dinheiros é complicada...

Grupo — Ainda agora, muitos mandam as divisas através de pessoas que lá vão, algumas semanalmente, em carrinhas. E sabe-se que, aqui há tempos,



Bairro de emigrantes em Castelo Rodrigo.

havia gente a percorrer as aldeias em busca de divisas. Em Carvalho Meão, foram levantadas quantidades da ordem dos 2 ou 3 mil contos...

Redactor — E onde é que os emigrantes aplicam o seu dinheiro?

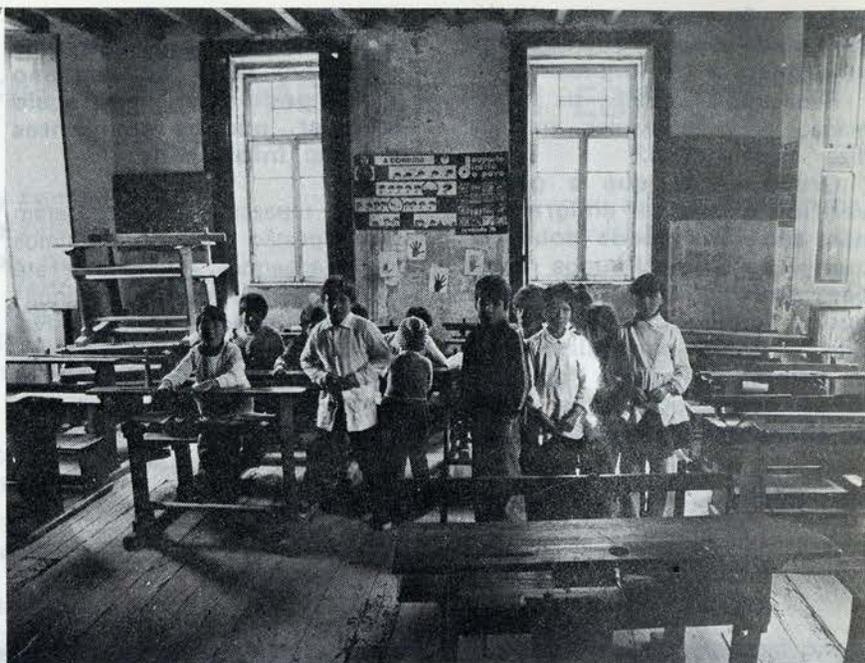
Grupo — Normalmente os emigrantes aplicam os dinheiros que ganham na compra de terrenos e de casas. Neste momento podemos até dizer que a compra de imóveis é feita com dinheiro forte (marcos e francos). No inquérito que fizemos aparecem percentagens da ordem dos 84, 69 e 36 por cento para aplicação em compra de terrenos, nos bancos e na compra de casas, respectivamente. Mas há outros casos bastante interessantes e que demonstram já uma certa viragem na aplicação dos dinheiros: na construção de aviários, em armazéns de vinhos (Vila Nova de Tazem), em pequenos cafés e restaurantes (no Pínzio), na compra de tractores, de vacas, em melhoramentos agrícolas (em Pega, Carvalho Meão, Pousafoles, Adão).

Redactor — Conhecem alguns casos de emigrantes regressados às suas terras?

Grupo — Há já exemplos de emigrantes que voltaram para as suas terras e se dedicam agora a actividades várias, como atrás se disse. Alguns compraram terrenos que há mais de 15 anos não eram cultivados. Isto deu-se em Cerdeira do Coa (Sabugal), Carapito de S. Salvador, Nave de Haver, Vila Nova de Foz Coa, etc....

Redactor — Quais têm sido, para vós, as vantagens da emigração?

Grupo — Um dos aspectos mais importante, para lá dos melhoramentos feitos nas terras, é o facto de muitos filhos de emigrantes terem podido estudar. Isto deve ser realçado: muitos jovens formaram-se à custa dos pais que emigraram.



Redactor — Certamente podem dizer alguma coisa sobre as escolas primárias...

Grupo — Um ponto muito importante que deve ser focado é a dificuldade que os professores sentem ao ensinar, sobretudo a língua portuguesa. Por exemplo ali em Pega, a

17 quilómetros da Guarda, a professora tem crianças que já estiveram na França, na Alemanha e no Canadá. Por aqui se pode calcular um pouco as dificuldades encontradas no ensino em geral. É que algumas crianças já andavam no 3.º ano de escolaridade em França,



Educação e desenvolvimento agrícola, dois problemas fundamentais.

outras vão para a escola já com idade escolar, outras usam uma mistura de línguas...

Redactor — Acerca da informação para emigrantes, querem dizer alguma coisa?

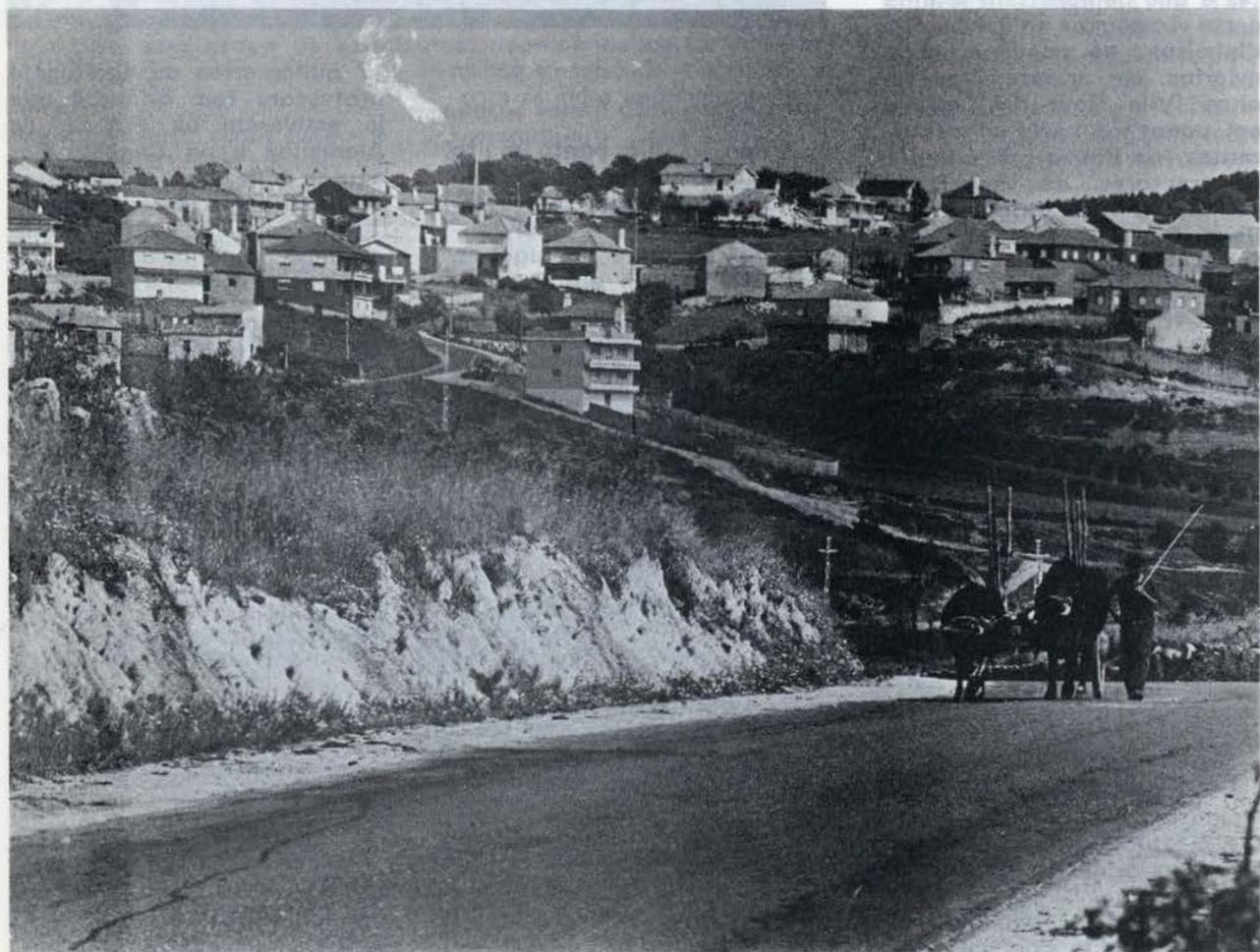
Grupo — O que a gente verifica é que os emigrantes não são informados sobre o que se passa cá. Poucos recebem notícias, além das cartas que a família lhes escreve e dos boletins paroquiais que os priores mandam. Portanto já se pode fazer uma ideia do abandono a que estão vota-

dos. Uns tantos, muito poucos, recebem jornais regionais, mas o número será tão pequeno que se pode dizer, sem receio de errar, que os emigrantes não são informados.

Estes rapazes e raparigas deram uma sugestão que aqui inserimos por a acharmos oportuna e até urgente. É seu desejo continuarem estes estudos e se possível ampliar as sondagens feitas e dedicarem-se no próximo Verão ou durante os meses futuros a desenvolver um acompanhamento mais

eficaz do que tem sido feito, aos emigrantes que todos os anos vêm passar as férias à sua terra, agora no Verão e outros no Inverno (meses de Dezembro e Janeiro). Se forem ajudados, com base nesta primeira aproximação das realidades da emigração (que fizeram por sua conta e risco) poderá surgir um trabalho mais profundo e mais válido.

Será possível apoiar futuramente, a experiência-piloto de acompanhamento e apoio de emigrantes em férias, que eles tanto anseiam realizar?



Alfaiates (concelho de Sabugal).

NÚMEROS E FACTOS A MERECEREM ESTUDO

A acompanhar a exposição «O ESFORÇO DO EMIGRANTE PORTUGUÊS NO DISTRITO DA GUARDA», foram divulgados quadros estatísticos referentes ao estudo feito pelo Grupo de Alunos da Escola do Magistério da Guarda. Apresentamos a seguir os dados que achámos mais oportuno dar a conhecer aos nossos leitores.

1. Investimentos de Emigrantes do Distrito (em duas empresas apenas)

- Na Torralta — 136 mil contos
- Na J. Pimenta — 71 mil contos

Os investimentos na Torralta são de emigrantes do concelho do Sabugal (40 mil contos), Trancoso (20 mil), Almeida (16 mil), Pinhel (14 mil), Gouveia (12 mil), Seia (10 mil), e ainda Guarda, Figueira de Castelo Rodrigo, Meda e Celorico (menos de 10 mil contos, por cada concelho).

2. Quanto conseguiram economizar? (135 respostas obtidas)

- Economizaram mais de mil contos — 16 emigrantes
- Economizaram para cima de mil contos — 20 emigrantes
- Economizaram à roda de 80 mil contos — 10 emigrantes

As outras respostas variam na importância (700, 600 contos) e alguns dizem: «o bastante para viver à francesa» (5 respostas).

3. Costuma mandar as suas economias para Portugal?

Das 135 respostas obtidas, a maioria (80 por cento) dá uma resposta afirmativa.

4. Em que empregou as suas economias? (135 respostas obtidas)

- Em casas — 84 %
- No banco — 69 %
- Em terrenos — 36 %
- Na Torralta — 8 %
- Em automóveis — 7 %
- Na J. Pimenta — 6 %
- No comércio — 4 %

5. O que acha da situação actual de Portugal?

Das 135 respostas, respondem — «muito má» ou «péssima», uns 72 por cento.

6. Quais os problemas que mais o preocupam?

- o desemprego — 80 por cento
- a inflação — quase 50 por cento

7. Quanto pagou ao passador? (135 respostas obtidas)

- Não houve passador — 71 respostas
- Até 4 — 14 respostas
- Até 8 — 12 respostas
- Mais de 10 — 7 respostas

8. Emigrantes clandestinos e engajadores presos na cadeia da Guarda

- | | |
|--------------|--------------|
| ● 1964 — 151 | ● 1968 — 70 |
| ● 1965 — 167 | ● 1969 — 100 |
| ● 1966 — 90 | ● 1970 — 27 |
| ● 1967 — 83 | |

O número começa depois a decrescer e passa a ser nulo em 1975.

**ESTA REVISTA É PARA OS EMIGRANTES.
DIVULGUE-A ENTRE OS SEUS AMIGOS
E CAMARADAS DE TRABALHO.
RECOMENDE A SUA ASSINATURA.**

A CIDADE DA GUARDA PRESENTE EM TODOS OS GRANDES MOMENTOS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL

Diz um rifão popular que a Guarda é fria, farta e forte. Outro ainda acrescenta que «o frio almoçou em Penedono, jantou em Trancoso e veio ceiar à Guarda». Efectivamente esta é a cidade mais alta de Portugal, a 1059 metros de altitude, sendo depois de Ávila a mais alta da Europa. Capital e sede de distrito com uma área total de 5496,5 km² (14 concelhos e 332 freguesias), forma com Viseu a província da Beira Alta.

A cidade da Guarda quase que tomou parte em todos os grandes acontecimentos da História de Portugal. Das suas origens existem testemunhos remotos de um povoamento que se reporta aos tempos do paleolítico. A sua densa rede de castros deve-se à riqueza mineira da região. Nela habitaram os lusitanos que ergue-

ram um castro nos Castelos Velhos a um quilómetro da actual cidade. Mais tarde sofreu intensa influência das invasões romanas, das quais restam hoje alguns vestígios junto à capela românica do Mileu (século XI-XII).

Pensa-se ter existido aqui a Lancia Oppidana da qual falam os historiadores romanos.

D. Sancho I, num vasto plano de consolidação e organização territorial alargou e fortificou a urbe dando-lhe foral em 1199 e transferindo para aqui a antiga diocese visigótica. Afonso II (1217) e Sancho II (1229) confirmaram os privilégios anteriores. A Guarda teve Cortes com D. Dinis, que aqui se manteve durante os seus litígios com Castela. Aqui se distinguiu durante a guerra da Independência, o alcaide Álvaro Gil de Cabral, avô de

Pedro Álvares de Cabral, descobridor do Brasil. Este alcaide recusou entregar o seu castelo a D. João I de Castela (Janeiro de 1364) que se pretendia herdeiro do trono de Portugal. D. Afonso V reuniu cortes na Guarda em 1465. Em 1510 D. Manuel deu-lhe foral novo. Durante a guerra da Restauração esta cidade desempenhou importante papel como ponto de apoio e assentos de Hospitais de Sangue. Em 1704, durante a guerra da Sucessão de Espanha, encontraram-se na Guarda o rei D. Pedro II de Portugal e o Arquiduque Carlos. A velha Guarda sofreu as invasões francesas.

Com uma actual população de cerca de 18 mil habitantes, dos quais sete mil são jovens em idade escolar frequentando os estabelecimentos de ensino locais, pouco ou praticamente nada industrializada, será de facto farta e forte esta cidade?

Sem dúvida forte no ânimo dos seus habitantes e farta de frutas, vinhos, batatas, cereais e lacticínios, dos quais sobressai o famoso queijo da serra, dos melhores e mais caros dos nossos queijos e com larga colocação em todo o mercado português, e não só. Urbe predominantemente rural, Guarda é ciosa dos seus pergaminhos de pioneira da nacionalidade, sem no entanto deixar de esperar que um certo dinamismo social e económico a torne cada vez menos um local de difícil acesso, que a chamada estrada da Beira (um trajecto cheio de curvas e mau piso) multiplicando o tempo e as distâncias, deixe de fazer esquecida do mundo uma terra de gente laboriosa e crente em melhores dias.



Arreigadas tradições religiosas...



...industrialização em fase de arranque.

ENG. TITO DE MORAIS:

«NÃO HÁ PROBLEMAS DE DESEMPREGO»

O secretário de Estado da População e Emprego, Tito de Morais, analisou, no Governo Civil da Guarda, com os presidentes das Câmaras do distrito, a «descoor-denação de serviços» que tem emperrado algumas obras a nível distrital, verificando no entanto, por outro lado, com satisfação que «na maioria dos concelhos da Guarda não há problemas de desemprego e até se verifica uma certa falta de mão-de-obra».

O eng.º Tito de Morais, acompanhado pelo governador civil, dr. Alberto Antunes, visitou os centros de formação profissional e de emprego, dependentes daquela Secretaria de Estado, para verificar a forma como estão a funcionar e avaliar da situação do mercado de emprego no distrito, tendo-se depois reunido no Governo Civil

com os presidentes das Câmaras distritais, analisando detalhadamente as obras incluídas no Plano da Autarquias Locais, que têm encontrado algumas dificuldades na sua realização.

No final da reunião, aquele membro do Governo referiu a sua satisfação aos constatar que «na maioria dos concelhos do distrito não existe hoje o problema do desemprego, verificando-se nalguns casos a falta de mão-de-obra e o que parece haver é uma certa descoordenação dos diferentes serviços que esta minha visita ajudará a solucionar».

Em relação ao problema do Plano de Obras das Autarquias Locais, o eng.º Tito de Morais afirmou que se tem verificado «uma falta de empreiteiros que queiram tomar conta das obras

e que os que tomam conta delas, protelam o seu andamento por não terem capacidade de resposta para o volume das obras de que se encarregam, o que leva as Câmaras Municipais a promoverem a execução destas obras por administração directa com o intuito de dar satisfação às principais carências da população. Porém as Câmaras não se encontram suficientemente equipadas para resolver os problemas.

Assim, na tentativa de solucionar o problema, o eng.º Tito de Morais propõe expô-lo «à comissão interministerial ultimamente criada para o desemprego», procurando por outro lado «dar ao Governo Civil e às Câmaras Municipais os meios técnicos necessários para se activarem estes trabalhos.»

PROBLEMAS ENERGÉTICOS EM PORTUGAL

Cerca de um mês após a sua entrada em funcionamento, a plataforma de prospecção petrolífera «Medusa» retirou do largo da costa da Figueira da Foz, por se «haverem diluído todas as esperanças» — segundo afirmou o director das relações exteriores da Shell Portuguesa, encarregada das prospecções.

Contudo, segundo informações colhidas junto de entidades competentes — quer a nível de Governo quer da empresa prospectora — ainda que as prospecções e pesquisas, até agora levadas a efeito, não se tenham saldado por resultados francamente positivos, o facto é que parece haver justificadas razões para acreditar na existência de petróleo em Portugal, não apenas em condições de exploração rentável, mas sobretudo em quantidade tal que colocará o País em situação de auto-suficiência, no que respeita às actuais exigências de consumo de combustíveis.

Entretanto, Portugal continua a registar um aumento considerável de consumo de petróleo, a avaliar pelas vendas totais de combustíveis, durante o terceiro trimestre de 1976: quase um milhão e 700 mil toneladas. O aumento de gasolina para automóvel foi de 23,2 por cento e de 3,5 por cento o aumento do gasóleo. Nesses meses (de Julho, Agosto e Setembro) foram descarregadas um milhão e 300 mil toneladas de petróleo bruto, o que significa um aumento de 22 por cento, em relação a igual período do ano anterior.

Continuamos a importar o petróleo do Irão (27,2 por cento do total importado), do Iraque (24,3 por cento), da Arábia Saudita (26,2 por cento) e da União Soviética (22,3 por cento).

PETRÓLEO

Como Portugal não é auto-suficiente energeticamente está também dependente da situação energética mundial.

O urânio é um dos nossos mais importantes recursos naturais cuja produção se concentra nas minas de Urgeira e Guarda. A escala mundial, as reservas nacionais são diminutas (menos de um por cento) embora à escala regional já atinjam 12 por cento das reservas existentes na Europa Ocidental.

As nossas reservas hídricas representam menos de um por mil das reservas mundiais. Contudo, enquanto a nível global a hidroelectricidade é apenas 2 por cento da energia eléctrica produzida, em Portugal será perto de 55 por cento em 1979.

Também os carvões nacionais têm a sua importância, embora de contribuição comparativa modesta no contexto energético global. Existe, no entanto, um pronunciado declínio na indústria extractiva deste combustível fóssil: apenas se extrai hulha nas minas do Pejão (reserva com cerca de 7 milhões de toneladas) que só permite a continuação da alimentação da central térmica da Tapada do Outeiro,

obrigando-nos a uma importação dispendiosa.

Rio Maior (ainda por explorar) possui reservas computadas em mais de 20 milhões de toneladas de lenhite, de fraco valor económico, estando aí prevista a instalação de um grupo de 125 mW que consumirá 200 toneladas por hora (o funcionamento da central termoeléctrica estaria assim assegurada por 25 anos, precisamente a vida de uma central nuclear).

Essas reservas poupar-nos-iam, assim, 10 milhões de contos de fuel-óleo, valor nada desprezável mesmo considerando o investimento da instalação da central.

Como se sabe, é ainda incerta a existência de reservas nacionais de petróleo com valor económico. As prospecções em curso ao largo da costa, inicialmente no Algarve e agora na Figueira da Foz, não passam de esperanças.

A projectada refinaria de Sines terá capacidade para trabalhar 10 milhões de toneladas de petróleo por ano no valor de cerca de 20 milhões de contos. Claro que a descoberta de jazigos de petróleo em território português que satisfizessem aquele nível de produção, transformaria completamente a economia nacional: uma refinaria como a de

Sines produz cerca de 4 milhões de toneladas anuais de fuel-óleo, o qual, queimado em centrais térmicas, produziria o equivalente a três centrais nucleares da dimensão daquelas que se pretendem instalar em Portugal (os seis grupos de 125 mW do Carregado gastam 180 toneladas por hora de fuel-óleo).

HIDROELECTRICIDADE

A evolução recente do consumo da electricidade no País acusou uma crise de crescimento que se acentuou desde o início de 1975, reflectindo o resultado das medidas de poupança oficialmente preconizadas. Todavia, a retracção foi passageira e durante o ano passado assistiu-se a uma recuperação dos consumos cuja evolução real se estimou, em estudos de 1972, prevendo a sua duplicação dentro de nove anos (25 721 gWh em 1986 contra 12 741 gWh previstos para este ano), contando com uma taxa média de evolução de 9 por cento, que se está a verificar.

As centrais hidroeléctricas, por si só não resolvem o problema energético português. No entanto, têm um papel preponderante e caracterizam-se por altos custos de investimento e baixos custos de exploração.

Novas realizações hidroeléctricas, pela sua expressão energética, não têm influência muito significativa no programa a médio e longo prazo de centrais térmicas de base. Contudo, essas realizações hidroeléctricas, para além da importância decisiva na resolução dos problemas de potência da rede eléctrica, constituem um complemento energético sempre valioso e susceptível de permitir certos ajustamentos na adaptação do programa das centrais térmicas de base, à evolução dos consumos.

Novas perspectivas se abrirão quando forem introduzidas as centrais de bombagem que permitem a recuperação da água, elevando-a, de novo, para as albufeiras e, garantindo assim a alimentação de potência. Também a exploração de centrais de alta queda (700 a 900 metros), permitindo uma maior produção é possível em Portugal.



Refinaria de Sines.

Actualmente existem apenas centrais de média queda (400 metros), como as de Paradela e Venda Nova.

Cinco empreendimentos de aproveitamentos hidroeléctricos estão neste momento em construção: Valeira, Pocinho e Crestuma, no rio Douro, e Agui-eira/Raiva e Alqueva, no rio Guadiana. A sua construção foi decidida em conjugação com os outros objectivos, fundamentalmente a navegação industrial no Douro e a rega no Alentejo.

Sela e Lindoso, cujos projectos estão concluídos, estão sujeitos a condicionamentos de ordem internacional exigindo estudos e negociações morosas antes de poder ser dado início à sua construção.

São as seguintes as fases de arranque nos aproveitamentos hidroeléctricos em construção.

Valeira — O primeiro grupo entrou em serviço em Outubro do ano pas-

sado, devendo o segundo e o terceiro arrancar durante este ano. Aproveitamento de 240 mW (três grupos de 80 mW cada) e uma capacidade de produção, em ano médio, de 800 gWh. Este aproveitamento é dotado de uma eclusa que permite a navegação até ao Pocinho.

Pocinho — Empreendimento arrancado em 1975 e previsto para entrar em funcionamento em 1981. Terá 186 mW (três grupos de 62 mW cada) e uma capacidade de produção em ano médio de 540 gWh.

Crestuma — Aproveitamento de finalidade múltipla destinado fundamentalmente a possibilitar a navegação industrial do Douro e produção de energia eléctrica, permitindo também a criação de importantes facilidades rodoviárias na travessia do rio Douro, próximo da cidade do Porto. A sua entrada em serviço está prevista

para 1982. Terá 135 mW em três grupos de 45 mW e uma capacidade de produção em ano médio de 380 gWh.

Alqueva — Aproveitamento de fins múltiplos, destinado ao domínio das cheias do Mondego, rega de cerca de 15 mil hectares dos campos a jusante de Coimbra e produção de energia eléctrica. Previsto o início da rega no Verão de 1978 e a entrada em serviço do primeiro grupo nesse mesmo ano, o segundo em meados de 1979 e o terceiro em meados de 1980. Será instalada na Agueira uma potência total de 324 mW, em três grupos turbina-bomba de 108 mW cada e 18 mW na Raiva. A capacidade de produção em ano médio ronda os 240 gWh.

Alqueva — Aproveitamento de finalidade múltipla, destinado à rega de 135 mil hectares no Alentejo, abastecimento de água, ao núcleo industrial de Sines e produção de energia eléctrica. Terá, numa primeira fase, três grupos turbina-bomba com uma potência unitária de 110 mW e, numa fase final, seis grupos, totalizando uma potência da ordem dos 660 mW. Disporá também de uma central elevatória das águas destinadas à rega, com cinco grupos de 14 mW cada. A capacidade de produção em ano médio decresce de 490 gWh, na fase inicial de regadio, para cerca de 300 gWh, na quota correspondente à sua valia eléctrica. Previsto o primeiro regadio no Verão de 1983 e a laboração dos grupos da central hidroeléctrica em 1984-85.

CENTRAIS TÉRMICAS CONVENCIONAIS

Actualmente, duas novas centrais térmicas estão em construção: a central do Barreiro que para além da energia eléctrica produzirá também vapor para as instalações industriais da FISIFE e CUF (é, assim, uma central mista, constituída por dois grupos turbo-geradores de 35 mW cada e produzirá 420 gWh em ano médio) e a central de Setúbal, estando em curso a instalação de dois grupos turbo-alternadores com a potência unitária de 250 mW, previstos para entrarem em serviço, em Julho e Dezembro do próximo ano, respectivamente. Está prevista ainda a instalação de outros dois grupos iguais, perfazendo o total de quatro unidades turbo-alternadores. A central de Setúbal, com os seus quatro grupos deverá consumir, por hora, a plena carga, cerca de 184 toneladas de fuel-óleo.



O EMIGRANTE



PORTUGUÊS



NO MUNDO

FRANÇA

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DOS PORTUGUESES DE INDRE-ET-LOIRE

Dos diversos países onde residem comunidades de trabalhadores portugueses, a França é sem dúvida onde maior número de associações de carácter desportivo e cultural tem vindo a registar-se.

A multifacetada realidade da numerosa comunidade portuguesa em terras de França; a variedade das suas associações, estão infelizmente longe de serem por nós conhecidas em detalhe. No entanto, começa-se agora a esboçar um inventário, de cujo indiscutível interesse as associações não se devem alhear. A Secretaria de Estado da Emigração tem enviado a diversas associações, à medida que delas vai tendo notícia, um «inquérito» sintético sobre questões de interesse geral. Desse «inquérito» fazem parte perguntas que implicam respostas a que os emigrantes são particularmente sensíveis, como por exemplo as que se referem ao apoio que gostariam que lhes fosse concedido (através da SEE) para as suas iniciativas culturais ou desportivas.

Para que de tal realidade se se possa fazer uma ideia, ainda que resumida, noticiamos a existência e objectivos de uma, entre muitas, das associações portuguesas em França: a *Associação Cultural e Recreativa dos Portugueses de Indre-et-Loire* (5, Rue le Notre Logt. 23, 37300 Joué-Lès-Tours).

Fundada em 3/2/77, a «Asso-

ciação Cultural e Recreativa dos Portugueses de Indre-et-Loire», ainda sem sede própria, está compreendida numa área onde residem trabalhadores portugueses oriundos dos distritos de Braga, Porto, Portalegre, Castelo Branco, Aveiro, etc., espalhados e agrupados por outras associações: «Centro Português de Tours», «Associação Desportiva dos Portugueses-Mer», «Clube Português de Bourges», «Centro Recreativo dos Portugueses de Bourges» e «Associação Desportiva Portuguesa».

Com 210 associados e situada na área consular de Tours, as suas actividades têm-se desenvol-

vido no campo cultural e recreativo: 2 grupos folclóricos (dos quais um infantil), teatro, grupo coral e um boletim trimestral. A «Associação Cultural e Recreativa dos Portugueses de Indre-et-Loire» agrupa cerca de 100 crianças que beneficiam, elas também, destas actividades culturais. Está também nos seus projectos a criação de uma biblioteca e evidentemente, o ensino do português às crianças.

Como se vê, as necessidades são muitas, variadas, tanto quanto não são menos as associações de emigrantes carecidas de todos os meios para uma acção eficaz.

ITÁLIA

CONGRESSO DE IMIGRANTES EM TURIM

Mais de 500 delegados de movimentos e associações de trabalhadores emigrados na Europa (italianos, turcos, portugueses, jugoslavos, espanhóis, norte-africanos e asiáticos) reuniram-se em Turim (Itália), num terceiro «Congresso da Emigração», segundo informou o boletim do departamento italiano da Emigração, «Emigrazione italiana» de 8/6/77. Entre os temas abordados, destacaram-se os seguintes: recusa em pagar as consequências da crise económica, manifestada pelos emigrantes; re-

cusar em admitir que sejam os governos ou as suas comissões técnicas internacionais, a estudar e tomarem as decisões que respeitam aos emigrantes, sem que estes últimos sejam consultados com a necessária antecedência. Entre as declarações do congresso salientou-se a determinado passo: «É a nós, doze milhões de emigrantes na Europa Ocidental, que compete decidir sobre a nossa situação. Nós seremos hostis a qualquer medida tomada, sem que previamente tenhamos sido consultados.»

«MISS» CABRILLO EM PORTUGAL

Debra Tibbets, «Miss» Cabrillo/77, visitou Portugal. Estudante norte-americana de 18 anos, Debra Tibbets é descendente de portugueses e natural de San Diego, onde anualmente se procede à eleição de «Miss» Cabrillo, em comemoração do aniversário da chegada do navegador setecentista Rodrigues Cabrillo àquela cidade. O prémio recebido pela «miss» incluía esta viagem, na qual se reconstitui na quase totalidade o itinerário seguido pelo antigo navegador. Nesse âmbito, a jovem seguiu depois para os Açores, terra natal dos seus avós maternos.

Debra foi recebida pelo secretário de Estado da Emigração, dr. João Lima, com quem trocou impressões sobre a sua visita ao nosso País. Acompanhada por uma representante da comunidade portuguesa de San Diego, Debra Tibbets teve uma recepção na Câmara Municipal de Lisboa, tendo trocado lembranças com o presidente da edilidade, eng. Aquilino Ribeiro Machado.



Debra Tibbets, com o dr. João Lima, Secretário de Estado da Emigração.

AUSTRÁLIA

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AOS IMIGRANTES

O Departamento de Segurança Social australiano, possuindo um serviço de publicações em várias línguas, e informando os imigrantes das respectivas regalias a que têm direito, comunicou recentemente, através do semanário «O Português na Austrália», que os seus serviços de assistência ao público possuem intérpretes em cada uma das línguas dos seus residentes imigrantes. Das diversas regalias para os trabalhadores es-

trangeiros destacam-se: Subsídio de maternidade, Subsídio de família, Subsídio para crianças deficientes, Pensão a órfãos, Subsídio de desemprego, Subsídio de doença, Subsídio de invalidez, Subsídio de viuvez e a mães solteiras e pensão a pessoas idosas. Existem delegações do Departamento de Segurança Social em *Sydney* (Australia House, 50 Carrington St.), *Melbourne* (Australian Government Centre, Cnr. Spring and La Trobe

Sts.), *Brisbane* (Australian Government Centre, 295 Ann Street), *Adelaide* (A. J. P. Building, 1 King William Street), *Perth* (Mt. Newman House, 200 St. George Terrace) e *Hobart* (Australian Government Centre, 188 Collins Street). Os trabalhadores portugueses aqui residentes, têm pois o máximo interesse em contactar com estas delegações locais, de modo a informar-se dos seus direitos e regalias.

BERMUDAS

VISITA DO PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

O presidente do Governo Regional dos Açores, dr. Mota Amaral, deslocou-se recentemente às Bermudas, a convite da comunidade portuguesa ali residente que, na sua maior parte, é originária daquele arquipélago, especialmente da Ilha de S. Miguel.

Durante a sua estadia em Hamilton, Mota Amaral foi recebido pelo governador das Bermudas, bem como pelo Primeiro-ministro e membros do Governo local, com os quais teve contactos informais.

O dr. Mota Amaral, viria a ocupar o seu programa em contactos com a comunidade portuguesa ali residente.

À sua chegada a Ponta Delgada, o dr. Mota Amaral, fez algumas declarações à imprensa, a propósito de aspectos essenciais

que teve ocasião de verificar durante a sua viagem, nomeadamente, os relacionados com o sistema económico e financeiro das Bermudas, sistema bancário, fiscal e cambial ali existentes. Salientou, também, que as conversações havidas, com as autoridades deste arquipélago, tiveram um carácter genérico, tendo sido veiculada a hipótese de projectos de investimentos nos Açores. A propósito da comunidade portuguesa, noutra passo das suas declarações, o presidente do Governo Regional, afirmou que esta última se encontra perfeitamente inserida na vida local, porém — acrescentou — manifesta o seu interesse em participar na eleição para a Assembleia Regional.

As Bermudas são um arquipélago ainda sob protectorado britânico, com uma população de cerca de 50 mil habitantes, incluindo uma comunidade de emigrantes açoreanos (cerca de 10 por cento da população local).

A comunidade portuguesa aqui residente tem-se mostrado, nos últimos anos, extremamente sensível às transformações económicas e sociais que os Açores vêm sofrendo, demonstrando grande interesse em contribuir para a continuação deste progresso. De resto, as Bermudas, podem constituir enquanto que arquipélago, também, um exemplo positivo para os Açores, pelo desenvolvimento económico que alcançaram e, conseqüentemente, pelo seu nível de vida bastante elevado.

700.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DE «POORTUGAAL»

Como oportunamente noticiamos, a municipalidade da vila holandesa de nome «Poortugaal» (com cerca de 21 000 habitantes) comemorou o 700.º aniversário de fundação. A estas comemorações concorreu a comunidade portuguesa através do «Centro Português de Roterdão» com diversas actividades culturais, recreativas e desportivas, nomeadamente um torneio de futebol em que a equipa do «Centro Português», assim como outras «turmas» de comunidades imigradas locais jogaram com algumas equipas holandesas. As comemorações contaram com a presença do Embaixador de Portugal neste país e Cônsul-geral em Roterdão. Pela curiosidade que representa esta municipalidade que, segundo rezam testemunhos coevos, foi fundada em meados do século XIII por portugueses, vale a pena referir algumas das suas

particularidades históricas. Assim, em primeiro lugar, o brasão representativo da vila apresenta 5 castelos — as cinco quinas? — tal como o brasão português, depois, segundo a história, conta-se que

um grupo de marinheiros, no século XIII, chegaram àquela zona e ali se fixando, construíram as primeiras habitações, dando ao local — com saudades do País? — o nome de «Poortugaal».



700

700

Poortugaal

ARTISTAS PORTUGUESES NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Historiar, em toda a sua dimensão, a presença da cultura portuguesa no Mundo, implica antes de mais repensar o fenómeno emigratório. Habituaados a entender este e outros fenómenos numa perspectiva simplista, somos geralmente influenciados pelos seus aspectos negativos — reais sem dúvida — de tal maneira que o contrário se nos escapa. Resulta daqui um círculo vicioso, do qual não raro uns e outros — cultura portuguesa e emigrantes — saem vencidos. Urge pois, como

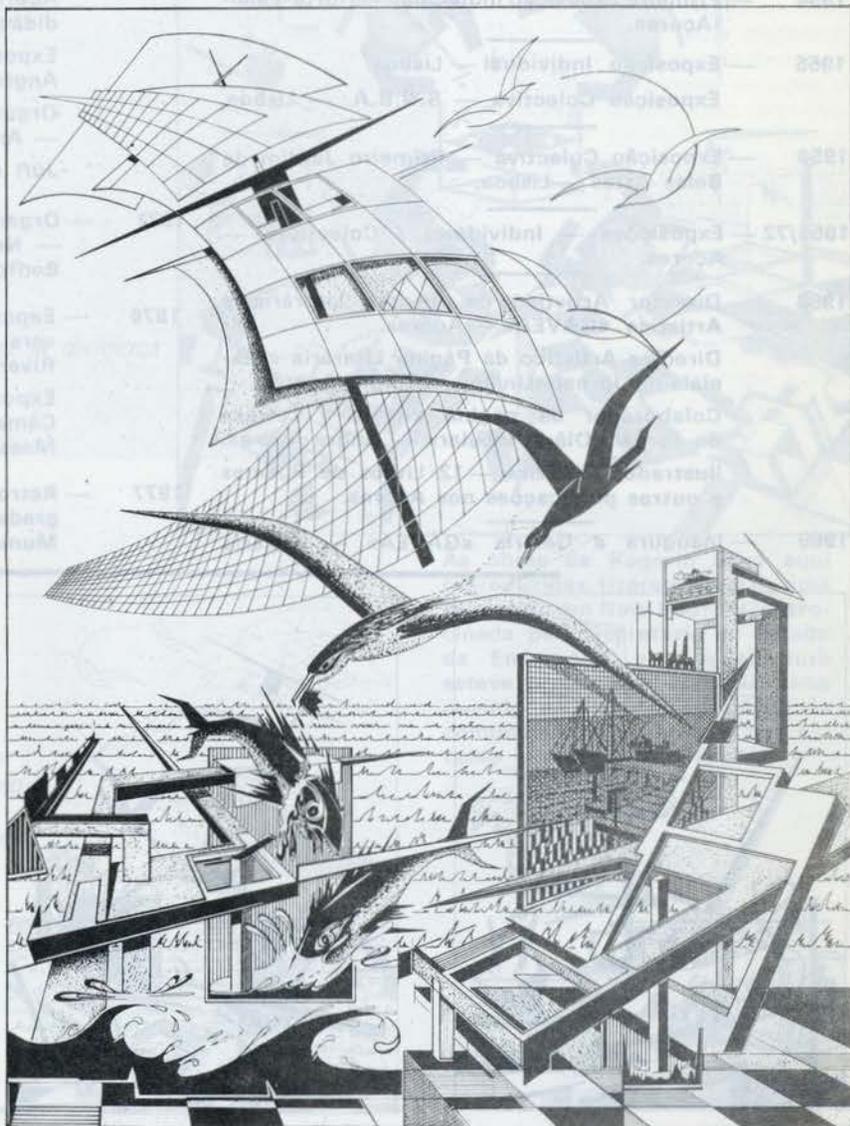
frequentemente o temos dito, desenvolver toda uma série de acções tendentes à divulgação e salvaguarda desse património. Nesse sentido, e no prosseguimento da tarefa a que nos propusemos e nos compete neste âmbito, divulgamos em «25 de Abril» alguns aspectos da obra de dois intelectuais portugueses radicados nos Estados Unidos da América: Rogério Silva, pintor, e Alfred Lewis, escritor, recentemente falecido.

A ARTE DE ROGÉRIO SILVA

«É bem possível e facilmente provável que possa vir a falar-se de uma arte de Rogério, isto é aquela arte que lhe dá a presença distintiva entre os seus pares.

Com um sentido muito agudo de comunicar pela Arte as suas próprias mensagens de ordem puramente estética ou, então, de índole social e religiosa, Rogério Silva sabe, entretanto, entornar na expressão artística que cultiva laboriosamente não apenas processos técnicos clássicos mas também processos de criativa expressão.

Jovem a caminho dos 50, Rogério está sempre a realizar-se. Na sua década dos vinte anos, explorou em tentativa de «self made artist» as linhas paralelas do artífice habilidoso e de vários talentos e do pintor que, querendo, se interroga a si mesmo sem ajudas, angustiosamente confiante. Aplicado ao trabalho, ia observando a beleza natural das ilhas atlânticas, nascendo-lhe belos quadrinhos a óleo e a aguarelas, alguns hesitantes mas todos demonstrando uma segurança progressivamente conquistada. Depois, procurou em Lisboa o contacto com o meio artístico evoluído e o segredo das técnicas mais recentes. Entretanto, as suas lutas pela interpretação subjectiva dos fenómenos anímicos depararam-lhe perplexidades na vida e na saúde e desencontros estéticos que viria a vencer. Inflexionando por necessidade profissional para o desenho geométrico e para as cores puras, logo descobriu notas individuais em que as linhas rectas e o cromatismo elementar o podiam levar a expressões fantásticas de desenho arquitectónico capazes de invadir com virtude (valor) os campos artísticos. Aqui, a imagi-



nação e o poder criativo firmaram a tal presença distintiva do artista entre os demais artistas. É o seu modo maior.

Dos caminhos açorianos, de ilha para ilha e de cidade para cidade (com forte e amada presença na Terceira e em Angra), Rogério passou à Nova Inglaterra. Nos Estados Unidos desde há anos instalou-se sem pressas e sem ambições desmedidas mas com imensa vontade de seguir caminhos seguros. Preferindo as possíveis realizações cuidadosamente exemplares que estariam em breve ao seu alcance, não forçou a sua presença. Tudo

aconteceria a seu tempo. E aconteceu mesmo...

De onde: a série de exposições em que é convidado a participar. Daí: o apreço que cresce pelas qualidades pedagógicas e didácticas evidenciadas nos seus trabalhos e nas suas irrepreensíveis presenças, artisticamente valorizadas nos belíssimos catálogos que se esgotam com rapidez.

A pintura em diversos processos, o desenho especializando o de construtivismo geométrico, a colagem, a gravura com as expressões permitidas pelos métodos reprográficos diversos, as artes gráficas propriamente ditas,

tudo isso e um imenso senso das perfeições de execução é quanto está ao alcance de Rogério e de nós outros que tanto aproveitamos do seu labor.

Querido nos meios culturais pela certeza que põe nas suas relações correctas e plenas de carácter, esta boa pessoa que é Rogério Silva corresponde exactamente a um artista capaz, a um professor de ensino útil e oportuno. Dá gosto ter Rogério por amigo. Apetece acompanhá-lo em tudo quanto realiza aqui, na Nova Inglaterra, ou nos Açores, onde nasceu.»

João Afonso — Boston, 1976 Fall

ALGUMAS REFERÊNCIAS ARTÍSTICAS DE ROGÉRIO SILVA

1954 — Primeira Exposição Individual — Horta-Faial-Açores.

1955 — Exposição Individual — Lisboa.
Exposição Colectiva — S.N.B.A. — Lisboa.

1956 — Exposição Colectiva — Primeiro Jardim de Belas Artes — Lisboa.

1956/72 — Exposições — Individuais / Colectivas — Açores.

1958 — Director Artístico da Revista Literária e Artística «GÁVEA» — Açores.

Director Artístico da Página Literária «Glacial» do Jornal «União» — Angra-Açores.

Colaborador da página «Artes e Letras» do Jornal «Diário Insular» — Angra-Açores.

Ilustrador Artístico — 12 Livros de Poemas e outras publicações nos Açores.

1969 — Inaugura a Galeria «GÁVEA» — Galeria

Açoriana de Arte não comercial, função didáctica e cultural.

Exposição — Arte/Música/Poesia — Teatro Angrense — Angra-Açores.

Organização da Exposição de Arte Infantil — Angra/Paris — Paris/Angra — Açores.

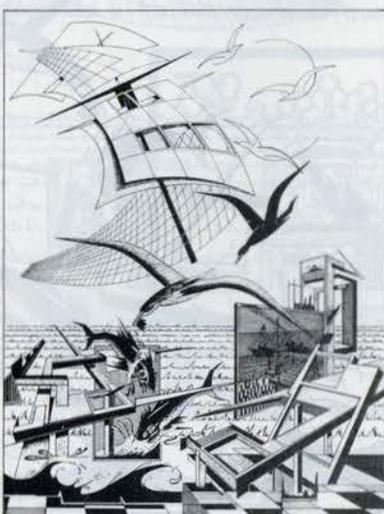
Júri de diversas organizações artísticas.

1971 — Organizador da exposição de Arte Infantil — New Bedford / Angra — Angra / New Bedford — Mass.-U.S.A.

1976 — Exposição Individual — Festival da Primavera — Bristol Community College — Fall River, Mass.-U.S.A.

Exposição Individual — Festival Bostoniano — Câmara Municipal de Boston — Boston, Mass.-U.S.A.

1977 — Retrospectiva do Festival Bostoniano (Integrada por 17 grupos étnicos) — Câmara Municipal de Boston — Boston, Mas.-U.S.A.



«EMIGRANTES DIVIDIDOS»

UM POEMA, UM QUADRO, UMA VERDADE

*Estão quatro naquela mesa jogando.
Estão quatro
falando dos outros e dividindo-se.*

Terceira, São Miguel, Faial, Portugal Continental.

*Estão quatro naquela mesa jogando
e cada vez mais divididos.*

*Os quatro naquela mesa jogando
divididos
e as cartas sobre a mesa,
também divididas.*

*Dividem as cartas entre si os divididos
e viram trunfo...
É negro o trunfo... Espadas...
para apunhalar
matar
derrotar.*

*Apunham-se entre si os divididos
com as suas espadas
...e perdem*

*Dividem novamente as cartas entre si já divididos
e viram o trunfo em ouros
e perdem.*

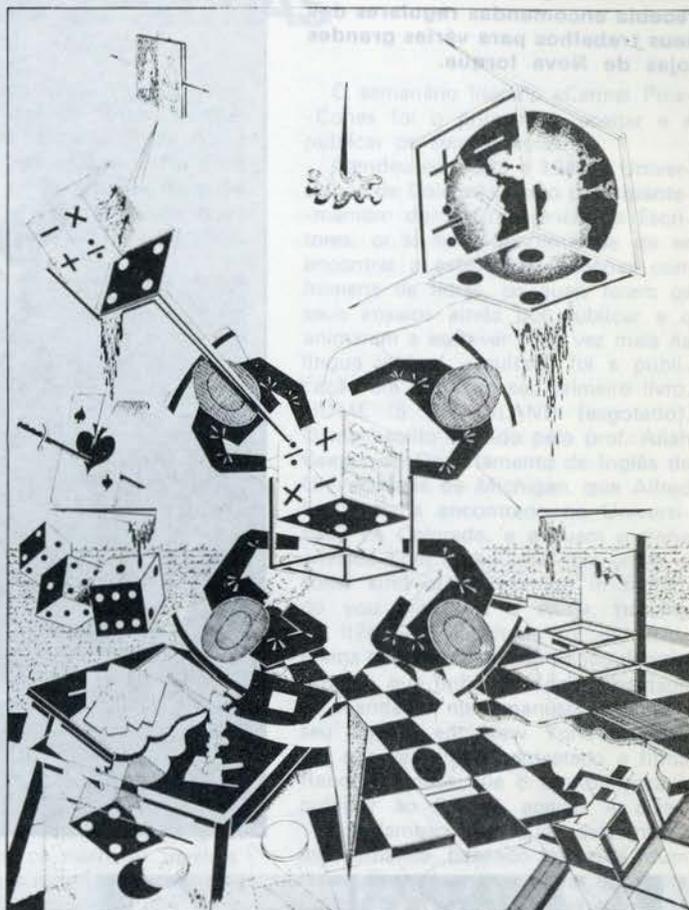
*O jogo é o mesmo dividido
entre tantos divididos.*

*Dividem mais com copas
e tornam a dividir com paus
e perdem.*

*Os quatro naquela mesa jogando,
não sabem que estão divididos
e que o trunfo é política.*

*Os que não estão na mesa jogando
também não sabem o que é o trunfo.*

*Todos perdem, porque estão divididos
no mesmo jogo.*



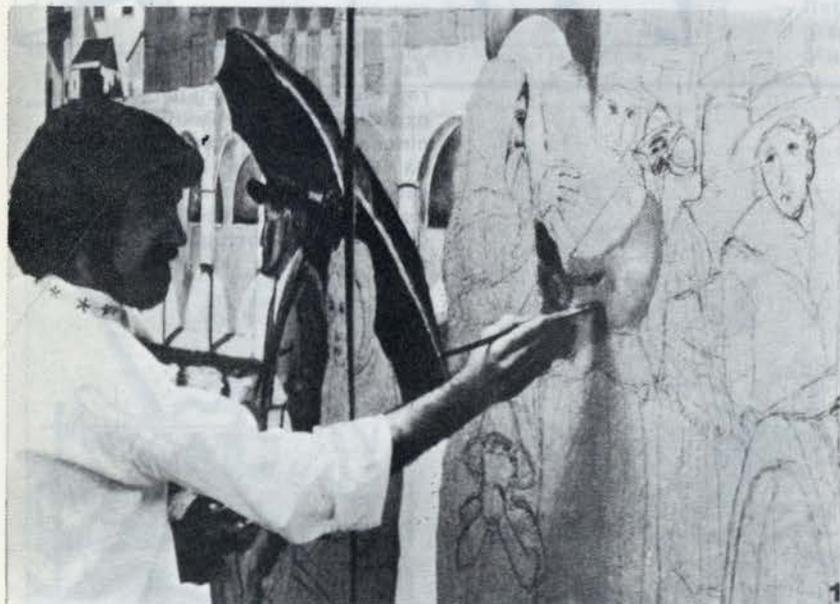
As obras de Rogério Silva aqui reproduzidas, fizeram parte de uma exposição em New Bedford, patrocinada pela Secretaria de Estado da Emigração, a cuja abertura esteve presente o dr. João Lima quando da sua recente visita às comunidades portuguesas dos Estados Unidos e do Canadá.

Fernando Belo, jovem escultor e ceramista, emigrou para os Estados Unidos em princípios do ano passado. Abriu prontamente uma oficina numa antiga garagem em Newark, e quatro meses depois recebia encomendas regulares dos seus trabalhos para várias grandes lojas de Nova Iorque.



ALGUMAS REFERÊNCIAS

- 1964 — Economia Individual
- 1965 — Economia Individual
- 1966 — Economia Individual
- 1967 — Economia Individual
- 1968 — Economia Individual
- 1969 — Economia Individual
- 1970 — Economia Individual
- 1971 — Economia Individual
- 1972 — Economia Individual
- 1973 — Economia Individual
- 1974 — Economia Individual
- 1975 — Economia Individual
- 1976 — Economia Individual
- 1977 — Economia Individual
- 1978 — Economia Individual
- 1979 — Economia Individual
- 1980 — Economia Individual
- 1981 — Economia Individual
- 1982 — Economia Individual
- 1983 — Economia Individual
- 1984 — Economia Individual
- 1985 — Economia Individual
- 1986 — Economia Individual
- 1987 — Economia Individual
- 1988 — Economia Individual
- 1989 — Economia Individual
- 1990 — Economia Individual
- 1991 — Economia Individual
- 1992 — Economia Individual
- 1993 — Economia Individual
- 1994 — Economia Individual
- 1995 — Economia Individual
- 1996 — Economia Individual
- 1997 — Economia Individual
- 1998 — Economia Individual
- 1999 — Economia Individual
- 2000 — Economia Individual
- 2001 — Economia Individual
- 2002 — Economia Individual
- 2003 — Economia Individual
- 2004 — Economia Individual
- 2005 — Economia Individual
- 2006 — Economia Individual
- 2007 — Economia Individual
- 2008 — Economia Individual
- 2009 — Economia Individual
- 2010 — Economia Individual
- 2011 — Economia Individual
- 2012 — Economia Individual
- 2013 — Economia Individual
- 2014 — Economia Individual
- 2015 — Economia Individual
- 2016 — Economia Individual
- 2017 — Economia Individual
- 2018 — Economia Individual
- 2019 — Economia Individual
- 2020 — Economia Individual
- 2021 — Economia Individual
- 2022 — Economia Individual
- 2023 — Economia Individual
- 2024 — Economia Individual



Teófilo (Ted) Ramos, pintando para o Festival Português da Primavera, em Massachusetts, um mural representando o porto e as docas de S. Miguel. Ted deixou a sua ilha para se fixar nos Estados Unidos, onde trabalha como artista gráfico.

ALFRED LEWIS

UMA OBRA PARA DUAS PÁTRIAS

Recentemente falecido — depois de um prolongado sofrimento — Alfred Lewis foi um dos mais representativos homens de letras portugueses nos Estados Unidos da América. Açoriano, nascido a 30 de Abril de 1902 na freguesia de Fajansinha (ilha das Flores), Alfred Lewis foi sem dúvida o mais flagrante exemplo da perseverança do emigrante português no Mundo. Do «Jornal Português» de San Pablo (Califórnia) — do qual foi colaborador — retiramos o seguinte texto, em sua memória escrito.

«Depois dos seus exames de instrução primária, continuou, na sua ilha, a sua educação sob a direcção de uma professora e do padre da freguesia. E aos 14 anos começou a colaborar no jornal «Florentino» que se publicava em Santa Cruz, escrevendo poesia e «short stories». Naquele jornal colaborava então Roberto de Mesquita, um dos grandes poetas açorianos, segundo nos disse um dia o falecido.

Aos 19 anos, seguindo o exemplo de seu pai que tinha vindo para a América, resolveu partir em direcção à Califórnia. Uma vez aqui, trabalhou na agricultura com seu irmão: apanhar batata doce. Trabalho difícil e de muitas horas, sempre dobrado sobre a terra... Depois foi para San Francisco, onde não conseguiu arranjar trabalho capaz devido a não saber inglês; empregou-se como ajudante de cozinha num restaurante português, onde o foi buscar Pedro da Silveira, naqueles tempos editor do «Jornal de Notícias» para onde o jovem Alfred Lewis tinha enviado um artigo inspirado pela saudade da sua ilha... Mr. Silveira disse-lhe para tirar o avental da cozinha e vir com ele. Tinha-lhe arranjado um emprego num jornal semanal: «Hayward Review» que então se publicava sob a direcção dum senhor Melo. Começou a ganhar \$3.00 por semana com comida e um quarto no ático do patrão. Em pouco tempo era posto à frente da «Revista Portuguesa». Isto durou algum tempo, até que (aqui transcrevemos uma antobiografia do falecido): «...um cavalheiro, Arthur Vila ao tempo editor e «publisher» do jornal «Lavrador Português» que se publicava de Tulare, Califórnia, me convidou para ir com ele trabalhar no seu jornal».

«Por esta altura comecei a escrever também em inglês, por mim próprio, sem qualquer «educação formal» de qualquer espécie. Depois de algum tempo, principiei a tomar verdadeiro



gosto pela (para mim) nova língua. Eu aprendi com os melhores mestres da Língua Inglesa e da Literatura Americana: homens e mulheres que anos depois recebiam prémios literários tais como o Prémio Nobel. Isto consegui-o eu através das páginas do «American Mercury», editado por H. L. Mencken, que escrevia inglês como poucos, e publicava o melhor romance de ficção daquela época: Ernest Hemingway, John dos Passos, Faulkner e muitos outros grandes escritores».

«...Mas para ganhar o pão estudei e tornei-me Contabilista, Juiz (oito anos) na minha cidade adoptiva: Los Banos, e mais importante para mim, tornei-me uma espécie de Conselheiro para muitas centenas de portugueses que viviam no Vale de San Joaquim: ajudando a escrever-lhes e a ler as suas cartas, a preencher requerimentos em inglês, e até a tratar-lhes dos seus cheques e contas bancárias: todo este trabalho tendo como única compensação o prazer que sentia em facilitar-lhes a vida, especialmente durante os primeiros tempos...».

O semanário literário «Carmel Pine-Cone» foi o primeiro a aceitar e a publicar os seus poemas.

Atendeu em 1939 e 1940 a Universidade de Colorado como participante-membro duma Conferência de Escritores, or, le teve oportunidade de se encontrar e estabelecer relações com homens de letras, os quais leram os seus ensaios ainda por publicar e o animaram a escrever cada vez mais na língua inglesa: resultado foi a publicação em 1951 do seu primeiro livro: HOME IS AN ISLAND (esgotado). O manuscrito foi lido pelo prof. Allan Seager do Departamento de Inglês da Universidade de Michigan, que Alfred Lewis tinha encontrado na Universidade de Colorado, e a quem o tinha enviado com a seguinte nota: «this is some kind of an exercise in fiction, do you mind, as a writer, passing on it?» — «o resultado foi um telegrama que ele me enviou pouco depois, dizendo que tinha tomado a liberdade de mandar o meu manuscrito para o seu agente em New York, o qual, por sua vez, tinha contactado a firma Random House que o aceitou para o publicar ao fim de apenas 4 dias».

Este famoso livro que, realmente é um romance baseado na vida dum rapaz florentino que vivia na Beira (Fajansinha), ilha das Flores, sua terra natal, durante a sua juventude, até emigrar para a América. «Home is an Island» os críticos americanos fizeram-lhe as melhores referências; foi escrito em Braille para os cegos e poderem também ler. O seu autor foi convidado para membro da «Mark Twain Society».

Depois da publicação deste popular livro, o poeta e escritor luso-americano escreveu muitos artigos e histórias para a «Prairie Schooner Magazine»; muitos poemas para diversos jornais. «The Carmel Pine-Cone», para o nosso jornal, para jornais dos Açores, etc.

Alfred Lewis estava a terminar dois livros mais: «Rockville, California» e «Wetbacks», além de estar a compilar os seus poemas sobre a ilha das Flores, para serem publicados num livro a que tinha pensado dar o nome de AGUARELAS FLORENTINAS.»

(«Jornal Português» — San Pablo, Califórnia USA)

OS LEITORES EMIGRANTES ESCREVEM

ARRENDAMENTO

«Sou emigrante desde 1947. Com muito trabalho consegui juntar dinheiro para fazer uma casa em Portugal, pensando que quando regressasse ao País teria qualquer rendimento para me ajudar a viver. A dita casa é constituída por duas habitações: uma (devidamente mobilada) que me está reservada, e outra de três divisões que está alugada desde 1970 por 550\$00. Infelizmente serei obrigado a regressar a Portugal porque, vítima dum acidente, já não poderei trabalhar. A pensão que vou ter será muito pequena. O rendimento da casa não tem seguido o aumento da vida e encontro-me numa situação de lastimar. **Será possível aumentar a renda?** O meu inquilino é proprietário de 3 casas (alugadas a 3000\$000 e 4000\$00 e tem 3 talhos...»)».

José Guerreiro

(França)

Quanto às avaliações fiscais dos prédios destinados a habitação, mantém-se o regime fixado pelo Decreto-Lei n.º 445/74 de 12 de Setembro, ou seja, encontram-se as mesmas actualmente suspensas em todo o País, para o efeito de actualização das respectivas rendas. Assim, e caso o inquilino não concorde num aumento de renda (voluntariamente), não poderá esta de momento ser actualizada.

SUBSÍDIOS DE REFORMA

«Tenho ideia de que o Governo português ia conceder, ou já concedeu, através de um decreto-lei,

um subsídio de reforma a pessoas com mais de 60 ou 65 anos de idade não abrangidas pela Previdência e que sem quaisquer outros rendimentos careçam desse auxílio.

Também ouvi dizer que o Governo conceder senhas para aquisição de géneros alimentares para tais pessoas. Como os meus pais estão nessas condições de carência, pois só o meu pai, que era pedreiro, está reformado, e a minha mãe não tem qualquer reforma pois sempre foi doméstica, agradecia informações detalhadas, formalidades a cumprir, onde me dirigir e o que mais houver de interesse sobre o assunto».

Artur Maciel Marques

(Alemanha)

As pessoas de idade superior a 65 anos que não exerçam actividade remunerada e que não se encontram abrangidos por quaisquer esquemas de previdência social desde que os seus rendimentos não ultrapassem os 1250\$00 mensais, poderão habilitar-se à pensão social.

Tratando-se de casal, o cônjuge a cargo não poderá beneficiar da pensão social quando os respectivos rendimentos forem superiores a 50% do salário mínimo nacional.

Para habilitação à pensão social os interessados deverão dirigir-se à Caixa Nacional de Pensões-6, Campo Grande — Lisboa, à Casa do Povo ou Junta de Freguesia, se residirem fora de Lisboa.

Quanto às senhas para aquisição de géneros alimentícios, não há confirmação oficial sobre o assunto.

APRENDER PORTUGUÊS

«Venho por este meio pedir se dignem providenciar junto dos ser-

viços competentes para que me possam ser enviadas todas as informações sobre as possibilidades que houver relativas à frequência, em Portugal, durante as férias de Verão, de cursos de aulas de português para filhos de emigrantes. Neste momento frequento o 2.º ano de Letras Modernas na Universidade de Línguas e Letras de Grenoble, indo a Portugal durante as férias desejaria aprofundar os meus conhecimentos na língua e cultura portuguesa.

Sou filha de emigrantes que residem em França há dez anos. Desejo manter um nível de conhecimentos da língua e cultura materna sensivelmente igual aos conhecimentos da língua e cultura francesa.

Caso a resposta seja negativa, gostaria de frequentar os cursos de Verão da Universidade de Lisboa (curso superior).

Sabendo no entanto, por informações que tenho, que as inscrições nos mesmos cursos são bastante onerosas para as minhas possibilidades dado que teria já as despesas de estadia, pedia mais a seguinte informação: haveria algum meio de poder, enquanto filha de emigrantes, ser dispensada do montante da respectiva inscrição».

Maria Cristina Avelino

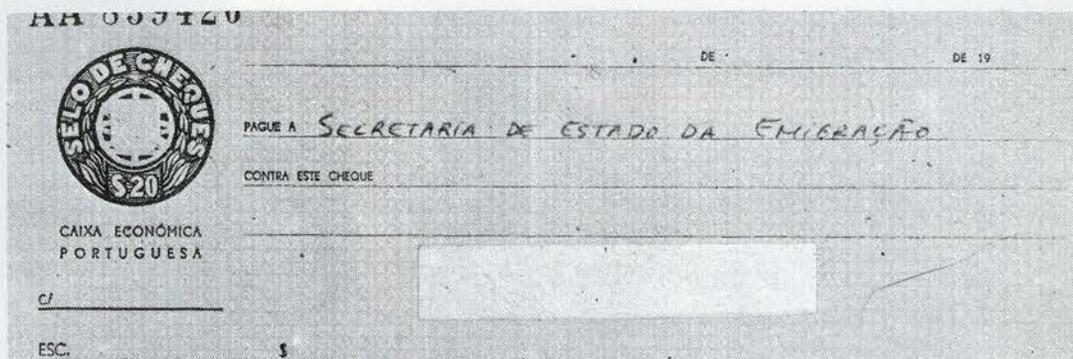
(França)

Informamos que poderá frequentar os cursos de férias para estrangeiros, a realizar nas Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra. Para tal, deverá dirigir-se directamente ao Secretariado dos Cursos de Férias numa das Faculdades, solicitando programa e boletim de inscrição.

AOS ASSINANTES

A fim de facilitar a cobrança das quantias enviadas para assinatura da Revista «25 de Abril», agradecemos aos nossos leitores o favor de observarem o seguinte:

Toda a correspondência deve ser enviada para **Praça do Areeiro, 11, 2.º, esq. — Lisboa**. Contudo, os documentos para pagamento (Cheques, vales de correio, ordens de pagamento, etc.) devem ser dirigidos simplesmente a **Secretaria de Estado da Emigração**, conforme o exemplo abaixo indicado. Mais agradecemos que qualquer documento (incluindo o próprio remetente) seja escrito de forma bem legível, de preferência em maiúsculas.



MUITO IMPORTANTE

- Todos os documentos (cheques, ordens de pagamento, vales do correio, etc.) para pagamento da assinatura da Revista, devem ser dirigidos a **Secretaria de Estado da Emigração**.
- Tratando-se de renovação da assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante e qual o primeiro número que recebeu.
- Caso mude de residência, comunique-nos o mais rapidamente possível.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

12 NÚMEROS (VIA AÉREA)

PAÍSES		Importância aproximada em moeda estrangeira
França	250\$00	35 FF
Bélgica	250\$00	250 FB
Alemanha	250\$00	15 DM
Inglaterra	250\$00	4 £
Espanha	200\$00	400 P
Brasil	200\$00	—
Canadá	340\$00	10 D
E. U. A.	340\$00	10 D
Outros países da Europa	250\$00	—
Outros países fora da Europa	340\$00	—
Continente e Ilhas Adjacentes	200\$00	—

**ESTA REVISTA É PARA OS EMIGRANTES.
DIVULGUE-A ENTRE OS SEUS AMIGOS
E CAMARADAS DE TRABALHO.
RECOMENDE A SUA ASSINATURA.**



LOGO À PARTIDA A TAP RECEBE-O COMO NA SUA TERRA!
DE ONDE QUER QUE ESTEJA NOS TRAZEMO-LO PARA:

PORTUGAL CONTINENTAL

AÇORES

E MADEIRA

TAP
TRANSPORTES
AÉREOS PORTUGUESES